



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DE BACABAL (PPGLB)

FABIANA CORRÊA DA CONCEIÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO RACISMO NA MÍDIA BRASILEIRA:
UM ESTUDO ENTRE MÍDIA NINJA E FOLHA DE S. PAULO**

BACABAL
2026

FABIANA CORRÊA DA CONCEIÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO RACISMO NA MÍDIA BRASILEIRA:
UM ESTUDO ENTRE MÍDIA NINJA E FOLHA DE S. PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós
Graduação em Letras da Universidade
Federal do Maranhão, UFMA- Centro de
Ciências de Bacabal, como requisito
obrigatório para o título de Mestra em Letras.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Aparecida
de Oliveira Ribeiro

Conceição, Fabiana Corrêa da.

A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO RACISMO NA MÍDIA BRASILEIRA:
: um estudo entre Mídia NINJA e Folha de S. Paulo /
Fabiana Corrêa da Conceição. - 2026.

92 f.

Orientador(a): Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro.
Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,
Bacabal, 2026.

1. Análise do Discurso. 2. Racismo. 3. Racialidade.
4. Discurso Midiático. I. Ribeiro, Mariana Aparecida de
Oliveira. II. Título.

FABIANA CORRÊA DA CONCEIÇÃO

**A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DO RACISMO NA MÍDIA BRASILEIRA:
UM ESTUDO ENTRE MÍDIA NINJA E FOLHA DE S. PAULO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão, UFMA- Centro de Ciências de Bacabal, como requisito obrigatório para o título de Mestra em Letras.

Linha de Pesquisa: Texto e Discurso

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro

Aprovada em 28 fevereiro de 2026.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro
Universidade Federal do Maranhão Presidente
Presidente

Prof. Dr. José Magno de Sousa Vieira
Universidade Federal do Maranhão
Membro interno

Prof^a. Dr^a. Luciana Martins Arruda
Universidade Estadual do Maranhão
Membro externo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe, que sempre e desde sempre, foi uma incrivelmente mãe. Ao meu pai, minha saudade. Às pessoas que lutam por uma sociedade menos desigual; àquelas que algum dia de suas vidas já sofreram racismo.

AGRADECIMENTOS

Meu maior agradecimento nesta dissertação é poder olhar pelos caminhos que trilhei e perceber o quanto aprendi. A cada um que passou pela minha vida nestes anos de mestrado no PPGLB (Programa de Pós Graduação em Letras - Bacabal), meu muito obrigada!

Em primeiro lugar, quero agradecer Àquele que me ensinou que ter fé é acreditar naquilo que não se pode enxergar: Deus. O fôlego da vida.

À minha mãe, sem exageros, a quem de fato, nenhuma palavra consegue descrevê-la. Minha melhor amiga. Agradeço, a você, Merilu, que mesmo tendo concluído o ensino médio com tantas dificuldades e que, por vezes, não entender a dimensão do curso de Mestrado, sempre foi a minha maior apoiadora, rezando por mim, cuidando do Zac para que eu pudesse viajar com o coração descansado. Obrigada, mãe, pela vida dedicada a mim e aos seus outros três filhos; pelo seu imensurável cuidado, paciência, por além disso tudo, ser uma exímia conhecedora da vida; e pelo teu amor que eu acredito que é sem limites.

Ao meu pai, em memória. Minha saudade diária. Sempre que penso em desistir, lembro de você e me recomponho. Essa palavra não fazia parte da sua vida. Ainda uso o pronome “você” porque te sinto por todo momento, em todo lugar. Você está feliz! Obrigada pelos valores repassados e contribuir de forma honesta com minha criação. Por me fazer entender o quanto o estudo nos salva. Obrigada por ter sido o meu professor na vida!

Agradeço aos meus irmãos: Franciane, Francinete e Antônio Carlos. Não sou nada sem vocês. Pela ordem acima: Janinha, meu amor, suas palavras sempre me fazem lembrar o quanto consigo ir além e, quando me sinto incapaz, você me mostra o porquê de estar aqui. Você é a minha luz! E Eti, meu elo-eterno, você é tudo aquilo que tento ser: forte, corajosa, pontual e humana. Em você eu encontro todas as referências que julgo necessárias a uma pessoa. Obrigada pelo seu apoio constante, por me incentivar. Toca, meu irmão mais velho, o seu jeito correto de ser e viver, a sua transparência e a tua fidelidade me constroem. Obrigada por tudo.

Aos meus sobrinhos Heitor e João Carlos, meus sobrinhos, verdadeiramente, meus amores.

Ao seu Chico, pelo amor sem medidas. Sinto a fraternidade em todas as suas palavras. Quero de modo especial agradecer:

Ao meu amor, Zac, você é o meu mundo!

À Instituição Centro Educa Mais Tancredo de Almeida Neves e as pessoas que a compõem por acreditar na minha pesquisa;

Aos meus colegas de curso (todos, sem exceção!), mas de modo especial: Leidiane do Livramento Sarges e Ana Thayrla Brandão. Com vocês a jornada foi mais bonita. Obrigada, meninas, por tudo! Vocês não me deixaram esquecer nenhum do significado de amizade.

À Jeise, minha amiga desde sempre.

Ao meu professor Gercivaldo, o mentor do meu projeto ainda na graduação.

À Universidade Federal do Maranhão, na pessoa da minha orientadora, a professora Mariana Aparecida de Oliveira Ribeiro, por me permitir fazer parte do PPGLB ao aceitar me orientar e acreditar na minha pesquisa; pelos direcionamentos durante o processo de escrita; pela cordialidade com que sempre me tratou; pelo apoio às minhas escolhas teóricas; pela firmeza nos meus momentos de angústia, os quais, de alguma forma, marcaram minha experiência enquanto acadêmica. Obrigada, professora!

Agradeço à professora Luciana Arruda pela valiosa contribuição na banca da disciplina de Seminário, bem como pelas considerações que acompanharam o desenvolvimento desta pesquisa. Agradeço, igualmente, ao professor José Magno pelos direcionamentos oferecidos no exame de qualificação, fundamentais para o amadurecimento teórico deste trabalho. Estendo meu reconhecimento a ambos pela generosa participação também na defesa desta dissertação.

Quero ainda agradecer pela força de todas essas pessoas que assim como eu, passaram ou passam constantemente por episódios de racismo. Foi por vocês – e por mim – que tantas vezes chorei e depois me senti forte; foi por nós que escrevi esta pesquisa. A todos que de alguma forma passam pela minha vida, contribuindo, me ajudando a ser uma pessoa melhor, deixo meus mais sinceros agradecimentos.

*Tinha sete anos apenas, apenas sete anos,
Que sete anos! Não chegava nem a cinco!
De repente umas vozes na rua me gritaram **Negra!**
“Por acaso sou negra?” – me disse
“Que coisa é ser negra?”
E eu não sabia a triste verdade que aquilo escondia.
Negra!
E me senti negra [...]
E retrocedi, [...]
E odiei meus cabelos e meus lábios grossos
e mirei apenas minha carne tostada
E retrocedi
E passava o tempo e sempre amargurada
Continuava levando nas minhas costas minha pesada carga
E como pesava! ... Alisei o cabelo, passei pó na cara,
e entre minhas entranhas sempre ressoava a mesma
palavra:
Negra! Negra! Negra! Negra! Até que um dia que
retrocedia, retrocedia e que ia cair [...]
De hoje em diante não quero alisar meu cabelo; E vou rir
daqueles,
que por evitar – segundo eles –
que por evitar-nos algum disabor
Chamam aos negros de gente de cor
E de que cor!
NEGRA
E como soa lindo!
Afinal
Afinal compreendi
E avanço segura
E bendigo aos céus porque quis Deus
que negro azeviche fosse minha cor
E já compreendi
AFINAL
Já tenho a chave!
NEGRA SOU!
(Fragmentos do poema
Me gritaram negra, de Victoria Santa Cruz)*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Racismo contra o jogador Vinícius Júnior.....	36
Figura 2 – Universitário Igor baleado por policial militar.....	36
Figura 3 – Modelo de tabela analítica.....	37
Figura 4 – Notícia 1 – Quatro torcedores são condenados na Espanha por crime de ódio contra Vini Jr.....	41
Figura 5 – Tabela de materialidade 1– Notícia 1.....	44
Figura 6 – Notícia 2 - Boneco enforcado com camisa do jogador Vini Jr.....	45
Figura 7 – Tabela de materialidade 1 – Notícia 2.....	46
Figura 8 – Notícia 3 - Quatro torcedores são condenados na Espanha por crime de ódio contra Vini Jr.....	48
Figura 9 – Tabela de materialidade 1 – Notícia 3.....	50
Figura 10 – Notícia 4 - Quatro torcedores são condenados na Espanha por crime de ódio contra Vini Jr.....	52
Figura 11 – Tabela de materialidade 1 – Notícia 4.....	55
Figura 12 – Mídia Ninja “NÃO PASSARÃO – CASO VINI JR.”	57
Figura 13 – Tabela de materialidade 1 – Notícia 5.....	60
Figura 14 – Notícia 6 – Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de.....	61
Figura 15 – Tabela de materialidade 2 – Notícia 6.....	64
Figura 16 – Notícia 7 – Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de Janeiro.....	66
Figura 17 – Tabela de materialidade 2 – Notícia 7.....	69
Figura 18 – Notícia 8 - Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de Janeiro.....	70
Figura 19 – Tabela de materialidade 2 – Notícia 8.....	71
Figura 20 – Notícia 9 - Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de Janeiro.....	73
Figura 21 – Tabela de materialidade 2 – Notícia 9.....	75
Figura 22 – Notícia 10 - Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de Janeiro.....	77
Figura 23 – Tabela de materialidade 2 – Notícia 10.....	79
Figura 24 – Notícia 11 – Mídia NINJA – “Qual crime cometi?”.....	81
Figura 25 – Tabela de materialidade 2 – Notícia 11.....	84

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD – Análise do Discurso

FdE - Fora do Eixo

IDPN - Instituto de Defesa de Pessoas Negras

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	14
2 FUNDAMENTOS DISCURSIVOS PARA A ANÁLISE DOS SENTIDOS SOBRE O RACISMO NA MÍDIA.....	20
2.1 Percurso histórico da Análise do Discurso	21
2.2 Categorias discursivas na produção da racialidade.....	23
2.3 A historicidade dos sentidos raciais na mídia	27
2.4 Interseccionalidade e a construção discursiva da racialidade	30
3 CONFIGURAÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANÁLISE.....	32
3.1 Dispositivo de pesquisa e seleção documental	32
3.2 A constituição do <i>corpus</i>	33
3.2.1 Gestos de seleção e coleta do <i>corpus</i>	35
3.3 Movimentos de análise	36
4 ANÁLISE DOS DADOS.....	38
4.1 Análise do evento discursivo 1	41
4.2 Análise do evento discursivo 2	61
4.3 Síntese comparativa dos funcionamentos discursivos	85
5 CONCLUSÃO.....	87
REFERÊNCIAS.....	90

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo investigar como se produzem efeitos de sentido sobre o racismo nas publicações da Folha de S. Paulo e da Mídia NINJA, observando os processos de apagamento e visibilização da racialidade em diferentes condições de produção. Busca-se compreender de que modo esses funcionamentos discursivos configuram a memória social sobre a racialidade, considerando as distintas estratégias de enquadramento e suas implicações para o enfrentamento do racismo na mídia. O interesse pela pesquisa justifica-se pela necessidade de analisar criticamente o papel da mídia na reprodução ou no enfrentamento do racismo, entendendo a discursividade midiática como espaço de disputa simbólica e de constituição da memória discursiva sobre a racialidade no Brasil. A pesquisa ancora-se nos pressupostos da Análise do Discurso de vertente materialista, nos estudos de Pêcheux (1990; 1997), Orlandi (2017; 2020), Mazière (2007), mobilizando conceitos, como formação discursiva, interdiscurso, condições de produção e memória discursiva, dialogando com estudos críticos que versam sobre o racismo, raça e interseccionalidade, como Almeida (2019) e Collins (2020), bem como com os estudos que tratam sobre mídia e discurso digital, como Sodré (2019), Dias (2011) e Mariani (1996). O corpus é composto por duas publicações veiculadas nos espaços selecionados, organizadas segundo critérios temáticos racialmente marcados. Metodologicamente, realiza-se a análise da materialidade linguístico-discursiva, com foco em estratégias de silenciamento, apagamento, visibilização e deslocamento de sentidos. Os resultados indicam diferenças significativas nos modos de construção das narrativas: enquanto a Folha de S. Paulo, sob a lógica institucional, recorre a enquadramentos que atenuam ou neutralizam a dimensão racial dos acontecimentos, a Mídia NINJA explicita a violência racial e politiza os eventos discursivos. Ao evidenciar esses funcionamentos, a pesquisa contribui para a compreensão crítica das narrativas midiáticas e para o enfrentamento das práticas racistas.

Palavras-chave: Análise do Discurso. Racismo. Racialidade. Discurso Midiático.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate how meanings about racism are produced in publications by Folha de S. Paulo and Mídia NINJA, examining processes of erasure and visibility of raciality under different conditions of production. It seeks to understand how these discursive dynamics shape the social memory of raciality, considering distinct framing strategies and their implications for confronting racism in the media. The study is justified by the need to critically analyze the role of the media in either reproducing or challenging racism, understanding media discursivity as a space of symbolic dispute and of constitution of discursive memory about raciality in Brazil. The research is grounded in the assumptions of Materialist Discourse Analysis, particularly in the works of Pêcheux (1990; 1997), Orlandi (2017; 2020), and Mazière (2007), mobilizing concepts such as discursive formation, interdiscourse, conditions of production, and discursive memory. It also engages with critical studies on racism, race, and intersectionality, especially Almeida (2019) and Collins (2020), as well as scholarship on media and digital discourse, including Sodré (2019), Dias (2011), and Mariani (1996). The corpus consists of two publications circulated in the selected media outlets, organized according to racially marked thematic criteria. Methodologically, the study conducts an analysis of the linguistic-discursive materiality, focusing on strategies of silencing, erasure, visibility, and shifts of meaning. The findings indicate significant differences in the construction of narratives: while Folha de S. Paulo, operating within an institutional logic, adopts framing strategies that attenuate or neutralize the racial dimension of events, Mídia NINJA explicitly foregrounds racial violence and politicizes discursive events. By highlighting these discursive dynamics, the research contributes to a critical understanding of media narratives and to the broader struggle against racist practices.

Keywords: Discourse Analysis. Media Discourse. Racism. Raciality.

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se inicia por incômodo pessoal. Pensar sobre o racismo, me leva a refletir sobre as diversas situações individuais que precisei (preciso passar) para que a minha (nossa) história não fosse (seja) silenciada ou apagada. Foi preciso, além de traçar caminhos discursivos, deixar à mostra as feridas que ainda doem no presente. Este trabalho nasce desse lugar de fala: da necessidade de compreender como dizer e o que dizer sobre o outro, de modo especial o outro racializado, levando o leitor a observar como os discursos midiáticos sobre o racismo se organizam e produzem sentidos.

O racismo, enquanto prática social e discursiva, permanece como um dos mais persistentes mecanismos de exclusão na sociedade brasileira, por este motivo, esta pesquisa se fundamenta em um gesto particular de analisar essa temática. Embora o país viva em um regime democrático e assegure, em sua Constituição, o direito à igualdade, a materialidade das relações sociais revela que a hierarquização entre negros e brancos ainda se mantém sustentada por sentidos produzidos historicamente e inscritos na memória, conceito que, na Análise do Discurso de filiação materialista, doravante (AD), refere-se ao conjunto de dizeres já-ditos que atravessam e possibilitam novos dizeres (Pêcheux, 1997).

A história da população negra no Brasil, desde a escravização até o período pós-abolição, é atravessada por discursos que legitimaram sua subalternização e limitaram seu acesso à cidadania. Esses discursos, inscritos na memória social e institucional, continuam produzindo efeitos no presente, sobretudo na forma de desigualdades estruturais e da persistente deslegitimação das vozes negras nos espaços públicos. As conquistas atuais resultam de anos de luta, mas a prática do racismo, já conhecida há muito tempo como ato de desrespeito e violência, persiste mesmo diante de leis que criminalizam, como a Lei nº 7.716¹, de 5 de janeiro de 1989.

Dessa forma, é crucial entender o racismo para compreender o fato de existir estruturas que se baseiam na discriminação que privilegia uma raça em detrimento de outras. Munanga (2004) o define como:

A ideologia que postula a existência de hierarquia entre grupos raciais humanos. É um conjunto de ideias e imagens vinculadas a grupos humanos, baseadas na existência de raças superiores e inferiores. O racismo

¹ A Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, criminalizando práticas discriminatórias e estabelecendo sanções penais para atos de racismo no ordenamento jurídico brasileiro. O texto integral da lei está disponível no portal da Presidência da República: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 16 ago. 2025.

individualizado manifesta-se por práticas discriminatórias de indivíduos contra outros indivíduos (Munanga, 2004, p. 8).

Essa definição permite, no campo da AD, compreendê-lo como efeito de formações ideológicas que se materializam no discurso, em modos historicamente determinados de dizer sobre determinados objetos, aqui a questão racial. No caso brasileiro, tal discurso opera na reprodução da inferiorização da população negra, sustentada por uma memória histórica que remonta ao período colonial e à escravidão, atualizando-se em práticas discursivas contemporâneas.

Apesar de avanços legais e de políticas públicas voltadas à questão racial, muitas práticas discriminatórias continuam a ocorrer de forma velada, camufladas em discursos que minimizam ou deslocam a gravidade do racismo. Essa reprodução demonstra que é uma prática aprendida e sustentada por processos interdiscursivos, ou seja, pela rede de discursos que possibilitam e limitam o que pode ser dito em um determinado momento histórico. Essa perpetuação também se dá por meio de um mecanismo de negação, descrito por Santos (2003):

Discriminamos os negros, mas resistimos a reconhecer a discriminação racial que praticamos contra esse grupo racial [...] achamos que não temos nada a ver com isso, pois a maioria absoluta dos brasileiros só vê o racismo dos outros e nos outros, nunca neles mesmos (Santos, 2003, p. 86).

Esse funcionamento discursivo contribui para sustentar a falsa ideia de ‘democracia racial’, produzindo enunciados que deslocam a responsabilidade pelo racismo e ocultam práticas discriminatórias que atravessam a história brasileira. Sob a ótica da AD, trata-se de um modo de operação da ideologia, que naturaliza desigualdades ao revesti-las com formas discursivas aparentemente neutras ou naturalizadas.

Além disso, o discurso sobre a racialidade se manifesta através de mecanismos que mantiveram e mantêm o passado no presente, como a mídia. Nesse cenário, ela assume papel central não apenas como transmissora de informações, mas também como espaço de produção e circulação de sentidos (Orlandi, 2020), participando ativamente da disputa discursiva em torno do racismo, isto é, do embate contínuo entre diferentes formações discursivas que buscam estabilizar sentidos sobre a existência ou a negação racial. É nesse confronto de posições, inscrito na memória discursiva e atravessado pela ideologia, que se definem quais sentidos ganham visibilidade, legitimidade e força social na interpretação do fenômeno racial.

Nesse fio ideológico, compreende-se que a mídia não reflete apenas fatos de maneira neutra. Como afirmam Orlandi (2020) e Pêcheux (1997), todo dizer é produzido

sob condições de produção específicas e atravessado por formações ideológicas que determinam o que pode ou não ser dito, assim como, a maneira como é dito. Desse modo, os meios de comunicação ocupam papel central na disputa pelos sentidos sobre as identidades, podendo reforçar, desconstruir ou ressignificar representações sociais.

Historicamente, a mídia brasileira construiu narrativas sobre a população negra de modo a reforçar estereótipos e promover apagamentos. Durante grande parte do século XX, jornais e programas televisivos², muitas vezes idealizados por pessoas brancas, reproduziram a imagem do negro como figura associada à marginalidade, à criminalidade ou a papéis subalternos em produções ficcionais, enquanto as manifestações culturais negras eram frequentemente retratadas como exóticas, despolitizando suas raízes históricas, como ocorreu com práticas como a capoeira ou samba muitas vezes mostrados apenas como entretenimento, sem referência a seus vínculos com resistência, ancestralidade e organização comunitária.

Oliveira e Ronsini (2007, p. 3) observam que “os meios de comunicação ocupam papel importante na discussão sobre identidades, uma vez que eles disseminam, reforçam, constroem e desconstroem as representações hegemônicas em dado momento”. Essa função é materializada por meio de escolhas lexicais, estruturais e narrativas que não são neutras: a ordem dos elementos na manchete, os termos usados para nomear vítimas e agressores, a ênfase em determinados aspectos da notícia e a omissão de outros.

Ademais, no Brasil, a população negra ainda aparece na mídia de forma pontual e estigmatizada, especialmente em noticiários policiais ou como personagens secundários em produtos culturais. Para Sodré (1999), a mídia funciona como um gênero discursivo com a capacidade de catalisar expressões políticas e institucionais sobre as relações inter-raciais, frequentemente legitimando desigualdades pela cor da pele.

Assim, a análise da cobertura midiática do racismo deve considerar não apenas o conteúdo veiculado, mas a forma discursiva pela qual esse conteúdo se materializa, revelando as formações ideológicas que o sustentam. A discriminação racial, que até muito tempo atrás era amplamente explícita e apoiada por mecanismos legais/institucionais, agora, transformou-se em condutas discursivas que sublimam,

² Segundo Costa, Custódio e Corrêa (2025), a televisão brasileira tem operado e contribuído, historicamente, na produção de sentidos que associam a população negra a lugares subalternos e estereotipados, ao mesmo tempo em que despolitiza manifestações culturais negras ao apresentá-las como folclóricas ou exclusivamente ligadas ao entretenimento. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/34/37>. Acesso em: 23 set. 2025.

deslocam ou até mesmo negam a existência simplesmente através de práticas como silenciamento ou apagamento.

Diante disso, esta pesquisa se materializa pela seguinte pergunta norteadora: De que maneira veículos de divulgação midiática produzem efeitos de sentido de apagamento e/ou visibilização em notícias que tratam sobre o racismo?

Tal problematização parte do reconhecimento de que a mídia ocupa lugar central na produção e circulação de sentidos sociais, não funcionando como mero canal de transmissão de informações, mas como instância discursiva ativa na construção de representações do real. Nesse processo, os textos jornalísticos e midiáticos participam da constituição de verdade, podendo reforçar enquadramentos hegemônicos, naturalizar desigualdades ou, ao contrário, tensionar narrativas dominantes e denunciar violências historicamente silenciadas, como o racismo.

Ao colocar em análise dois espaços midiáticos de naturezas institucionais distintas, busca-se compreender como diferentes condições de produção e formações discursivas mobilizam estratégias específicas de significação, ora minimizando conflitos e produzindo efeitos de neutralização, ora ampliando a visibilidade das disputas simbólicas em torno de um mesmo acontecimento. Assim, analisar essas materialidades implica reconhecer o discurso como lugar de luta, no qual os sentidos sobre o racismo são constantemente negociados, disputados e reconfigurados.

Esta dissertação tem por objetivo geral: Investigar como, nas publicações da Folha de S. Paulo e da Mídia Ninja, produzem-se efeitos de sentido sobre o racismo, observando os processos de apagamento e visibilização da racialidade em diferentes condições de produção; além disso, os objetivos específicos: a) Identificar e descrever as formações discursivas (fios ideológicos, interdiscursos) que atravessam cada veículo, relacionando-as às práticas institucionais e às condições de produção; b) Comparar a materialidade enunciativa (formato, endereçamento, linguagem) de Folha ou Mídia Ninja para discutir como o suporte/plataforma influencia estratégias discursivas sobre o racismo.

A pesquisa será respaldada na Análise do Discurso (AD), horizonte teórico desenvolvido por Pêcheux [(1990); (1997)] e, no Brasil, amplamente difundido e aprofundado pelos estudos de Orlandi [(2003); (2012); (2017), (2020)] e nas pesquisas de Mazière (2007); Muniz (2020); Rocha (2022). Na articulação quanto ao racismo, estudos discursivos e interseccionalidade de Almeida [(2019); (2018)]; Munanga (2004); Collins (2020); Nascimento (2021) e Souza (1983) Quanto a mobilização conceitual da mídia Mariani (1996); Sodré (2019) e Dias (2011).

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa é concebida como um gesto teórico-analítico que articula língua, história e ideologia. O *corpus* é constituído por materialidades discursivas veiculadas em páginas da mídia digital, selecionadas a partir de sua relevância para a problemática investigada. A análise não se orienta por uma perspectiva conteudista ou descritiva, mas por uma leitura discursiva que considera as condições de produção, as formações discursivas e a memória discursiva em funcionamento, buscando compreender os modos de produção de sentidos sobre o racismo no espaço midiático.

Parte-se, portanto, do princípio de que o discurso é uma prática simbólica atravessada pela historicidade, na qual o sentido se constrói em meio a condições de produção e relações ideológicas. Assim, a língua, marcada por sua opacidade constitutiva, permite o deslocamento, a reinterpretação e a ressignificação dos sentidos. É nesse movimento que os discursos racializados podem ser analisados, observando-se tanto a permanência quanto a transformação dos sentidos que sustentam estereótipos, apagamentos e disputas de memória social.

Esta pesquisa, para além desta introdução, está organizada em quatro seções, descritas a seguir.

Na segunda seção, apresenta-se o arcabouço teórico que fundamenta a investigação teórica, situando os principais pressupostos e conceitos mobilizados ao longo do trabalho, apresentando o percurso histórico, os deslocamentos e contribuições para a análise do discurso midiático. Em seguida, são explicitados os conceitos centrais que orientam o gesto analítico, tais como discurso, condições de produção, memória discursiva e interdiscurso. Ainda nessa seção, desenvolve-se a compreensão do racismo como construção discursiva, bem como a noção de interseccionalidade, articulando tais conceitos ao objeto de estudo e às materialidades analisadas.

A terceira seção é dedicada aos procedimentos metodológicos da pesquisa. Nela, descreve-se a natureza do estudo, a constituição e delimitação do corpus, os critérios de seleção das materialidades discursivas e os procedimentos analíticos adotados, incluindo o uso de tabela como instrumento de organização do percurso analítico.

Na quarta seção, apresentamos as análises das materialidades discursivas selecionadas. Inicialmente, procedeu-se à análise do discurso midiático da Folha de S. Paulo; em seguida, analisa-se a Mídia Ninja, considerando suas especificidades enquanto mídia digital independente. Na sistematização analítica, realiza-se uma síntese comparativa dos funcionamentos discursivos, colocando em relação os efeitos de sentido,

as vozes mobilizadas e as memórias discursivas que atravessam as duas instâncias midiáticas, sem esgotar as possibilidades de leitura do corpus.

Por fim, na conclusão, retomamos o objeto de estudo, discutindo como os sentidos sobre racismo são constituídos em função das condições e das formações discursivas que atravessam as narrativas analisadas. Além disso, essa seção corrobora para evidenciar como as regularidades e as tensões discursivas contribuem para a compreensão do papel midiático brasileiro na produção, na circulação e disputa de sentidos sobre a racialidade no Brasil.

2 FUNDAMENTOS DISCURSIVOS PARA A ANÁLISE DOS SENTIDOS SOBRE O RACISMO NA MÍDIA

A Análise do Discurso de orientação materialista (AD) configura-se como um campo interdisciplinar que desloca o foco das abordagens tradicionais da linguagem, centradas na frase isolada, para o discurso em funcionamento, compreendido como prática histórica, social e ideológica. Nessa perspectiva, não se trata de interpretar apenas o conteúdo do dito, mas de analisar as condições de produção que tornam determinados enunciados possíveis, considerando que os sentidos se constituem na relação entre memória discursiva, ideologia e posições-sujeito.

Ao longo de sua trajetória, desde sua formulação por Michel Pêcheux, na França dos anos 1960, até sua consolidação no Brasil por Eni Orlandi e outros(as) pesquisadores(as), a área construiu uma base teórica que articula língua, história, subjetividade e relações de poder (Brasil, 2011). Retomar esse percurso epistemológico permite explicitar os fundamentos que sustentam a compreensão do discurso como efeito das relações entre linguagem e ideologia.

Assim, esta seção explicita os conceitos que orientam a pesquisa e delimita o campo teórico a partir do qual as materialidades midiáticas serão analisadas. Na vertente materialista, tais conceitos não operam como categorias descritivas, mas como operadores analíticos que permitem observar a opacidade do sentido e o funcionamento da linguagem, rompendo com a transparência informativa que sustenta a evidência do texto jornalístico.

Nesse panorama, noções como formação discursiva, memória discursiva, interdiscurso e condições de produção não são tomadas como definições estáveis, mas como ferramentas teóricas capazes de revelar como determinados sentidos se estabilizam enquanto outros são silenciados, naturalizados ou deslocados. O objetivo não é identificar o que a mídia diz sobre o racismo, mas compreender como o racismo se torna dizível, sob quais limites e por meio de quais regularidades discursivas.

Ao articular essa perspectiva à discussão do racismo e da interseccionalidade, entendidos como construções históricas e discursivas, a racialidade produz sentidos na tensão entre memória e atualidade, visibilidade e apagamento. Desse modo, estabelece-se o quadro teórico que sustenta o capítulo de análise, no qual esses conceitos serão

operacionalizados como gestos de leitura capazes de apreender o funcionamento discursivo dos textos midiáticos.

2.1 Percurso histórico da Análise do Discurso

A AD, tal como formulada por Michel Pêcheux, emerge na França na segunda metade do século XX, em um cenário de intensas transformações teóricas e convulsões políticas. O período é marcado por uma efervescência intelectual que abala as estruturas do pensamento clássico, promovendo deslocamentos na filosofia, nas ciências humanas e, particularmente, nos estudos da linguagem.

As revoltas estudantis de maio de 1968, que colocaram em xeque as hierarquias acadêmicas, políticas e culturais, reverberaram profundamente no campo das ideias, alimentando críticas ao formalismo e ao cientificismo predominantes. Mazière (2007) destaca que é nesse contexto que ganha força a busca por abordagens que pudessem dar conta das relações entre linguagem, ideologia e práticas sociais, campo em que a AD inscreve-se como uma proposta de ruptura teórica.

Pêcheux era filósofo de formação e pesquisador da École Normale Supérieure (ENS) e seu objetivo era elaborar uma teoria da linguagem que rompesse com as visões formalistas herdadas da linguística estrutural e que incorporasse, de maneira sistemática, os condicionantes históricos, ideológicos e inconscientes que atravessam os dizeres. A partir de sua formação marxista, especialmente a partir da leitura de Althusser, ele percebeu que a linguagem não poderia ser compreendida como uma instância autônoma e neutra, mas sim como um espaço de materialização da ideologia, em que os sujeitos são constituídos e os sentidos são disputados (Pêcheux, 2012).

Sobre o autor, Brasil (2011) afirma:

Pêcheux era obcecado pelo termo discurso e denunciava a necessidade de ruptura com o caráter essencialmente político para a determinação dessa palavra condenada ao acordo com uma evidência empírica. O discurso é a história na língua. Temos então a tríade língua, sujeito e história na constituição de discurso. Por tratar-se de uma materialidade linguística e histórica, o discurso é o observatório das relações entre língua e ideologia. O discurso é material simbólico, é janela para o estudo do funcionamento dos mecanismos de produção de sentidos, é confronto do simbólico com a ideologia (Brasil, 2011, p. 176).

Para Pêcheux (2012), ao articular três dimensões – linguagem, ideologia e história –, a AD propõe uma análise que não busca descobrir um “sentido verdadeiro” oculto nos

textos, mas compreender como eles são produzidos, circulam e se estabilizam ou se transformam em determinadas formações sociais.

Do ponto de vista teórico, emerge como um gesto de ruptura com a concepção estrutural da linguagem, que, ao privilegiar a estabilidade do sistema e a análise interna dos signos, deixava à margem as determinações históricas, sociais e ideológicas dos sentidos. Ao deslocar o foco da frase isolada para o discurso em funcionamento, passa a compreender a linguagem como materialidade simbólica atravessada por conflitos, memória e relações de poder.

No Brasil, os trabalhos de Eni Orlandi tiveram papel decisivo na institucionalização do campo de estudo. A autora traduziu, sistematizou e reinterpreto as formulações do autor, articulando-as às demandas de pesquisa locais, marcadas por questões como exclusão, silenciamento e resistência discursiva; deslocando o foco da análise gramatical para o funcionamento discursivo da linguagem, enfatizando que os sentidos não são dados, mas produzidos nas condições ideológicas em que os sujeitos estão inseridos.

Nesse sentido, esta área de estudo foi sendo moldada como ferramenta crítica de leitura das práticas discursivas em sua articulação com processos de exclusão, resistência e disputa por reconhecimento (Orlandi, 2003). Ao recusar a ideia de neutralidade, desloca o olhar analítico daquilo que a língua pretende dizer para aquilo que ela faz, para os efeitos que produz e para as condições que a tornam possível.

Outra ruptura importante é a negação do sujeito autônomo, racional e consciente de seus próprios dizeres. Em lugar dessa figura clássica, ela propõe a noção de sujeito assujeitado, ou seja, constituído pelas formações ideológicas que o interpela e que o inserem numa rede discursiva anterior ao seu próprio dizer. Nessa perspectiva, não é a origem do sentido, mas efeito de condições históricas, políticas e simbólicas que o antecede e o atravessa. Por isso, o que se diz não decorre de uma intenção livre, mas de uma posição discursiva que delimita os sentidos possíveis (Santos e Silva, 2014).

A AD trabalha com a noção de sujeito assujeitado, sendo ela central para a análise dos discursos midiáticos, uma vez que permite compreender como diferentes veículos constroem modos distintos de significar um mesmo acontecimento. No caso desta pesquisa, as reportagens da Folha de S. Paulo e da Mídia Ninja não são tomadas como simples relatos informativos, mas como materialidades discursivas produzidas sob condições de produção específicas, que fazem operar ideologias distintas sobre o racismo, os sujeitos racializados e as formas de violência simbólica.

Diante disso, ao adotar essa perspectiva, esta pesquisa compreende as notícias analisadas como espaços de disputa simbólica, nos quais diferentes modos de significar o racismo e os sujeitos racializados entram em confronto. É a partir desse arcabouço teórico que se realiza o movimento analítico, buscando compreender como tais discursos produzem efeitos de sentido, articulando-se na disputa por visibilidade ou apagamento no interior do discurso.

2.2 Categorias discursivas na produção da racialidade

Na perspectiva da AD, o sujeito não é visto como autônomo, transparente ou plenamente consciente de suas falas. Pelo contrário, ele é compreendido como um efeito do discurso, constituído na e pela linguagem, atravessado por formações ideológicas e histórico-sociais. Mazière (2007) destaca que essa concepção rompe com uma noção de sujeito cartesiano e introduz uma leitura em que o dizer não é completamente controlado pelo sujeito, mas determinado pelas condições de produção que o atravessam.

A identidade do sujeito, portanto, não é fixa nem essencial, mas instável, fragmentada e constantemente produzida discursivamente. No caso do sujeito negro, isso reflete marcas históricas de colonização, escravidão e marginalização nos discursos midiáticos, enquanto a mídia contribui para reproduzir ou desafiar essas identidades, reforçando estereótipos ou abrindo brechas de resistência.

Para Rocha (2022), esta área oferece ferramentas para desvelar essas camadas no discurso e a partir dele, podemos estabelecer alguns conceitos centrais:

- a) Condições de Produção: instância verbal da produção do discurso, determinadas pelo contexto sócio-histórico-ideológico, os interlocutores, o lugar de onde falam à imagem que fazem de si e do outro e do referente.
- b) Formação Discursiva: é o que pode e deve ser dito a partir de um lugar sócio historicamente determinado e atravessado por uma formação ideológica. Num mesmo texto podem aparecer formações discursivas diferentes, cuja consequência imediata são as variações de sentido.
- c) Interdiscursividade: relação de um discurso com outros discursos.
- d) Língua: sob uma perspectiva discursiva, seria a realização concreta da fala, resultante de uma relação não-excludente, ou seja, porque não há língua sem fala, e nem fala sem língua, uma depende da outra para existir, a saber; a língua está para a fala, assim como a fala está para a língua.
- e) Linguagem: sob uma perspectiva do discurso, seria fruto da interação entre sujeitos socialmente, historicamente e ideologicamente constituídos.
- f) Pré-construído: todo discurso pressupõe outro discurso que lhe é anterior.
- g) Sujeito: sobre uma perspectiva discursiva, deixa de assumir uma noção idealista, imanente, o sujeito da linguagem não é o sujeito em si, mas tal como existe socialmente e interpelado pela ideologia, ou seja, não há ideologia sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Por isso, o sujeito não é a

fonte, a origem dos sentidos, porque à sua fala atravessam outras falas, outras vozes, enfim; outros dizeres e por que não dizer até outros não-dizeres.

h) Texto: unidade complexa constituída de regularidades e irregularidades cuja análise implica suas condições de produção (contexto sócio-histórico-ideológico, situação, interlocução), conforme Orlandi de natureza intervalar, já que como objeto teórico não apresenta uma unidade completa em si mesma, pois o sentido do texto se constrói no espaço discursivo dos interlocutores. E como objeto empírico de análise, pode ser considerado algo acabado, pronto com começo, meio e fim. (Rocha, 2022, p. 220-222).

Essas categorias não operam de modo isolado nem descritivo. Ao contrário, articulam-se na constituição do processo discursivo e na produção dos efeitos de sentido. As condições de produção, por exemplo, não se limitam ao contexto imediato de enunciação, mas compreendem o conjunto de determinações históricas e ideológicas que configuram o lugar a partir do qual o sujeito pode falar. Nesse sentido, ao analisar o discurso midiático sobre a racialidade, torna-se fundamental considerar o posicionamento institucional do veículo, suas filiações ideológicas e as relações de poder que atravessam a cena enunciativa.

A formação discursiva, por sua vez, delimita o campo do possível e do impossível de ser dito em determinada conjuntura histórica. Ela organiza regularidades e autoriza certas nomeações enquanto interdita outras. É o conceito que permite compreender o conjunto de regularidades que organiza os dizeres em determinadas condições de produção. Na Folha de S. Paulo, a notícia sobre a condenação de quatro torcedores espanhóis utiliza fontes oficiais e um léxico que descreve o ato como '*crime de ódio*'. Essa escolha enquadra o evento dentro de uma lógica institucional e normativa, que pode deslocar o racismo para uma categoria jurídica.

Em contraste, a Mídia NINJA mobiliza textos imagéticos numa tentativa de escancarar o acontecimento, esse movimento dialoga pela marcação da denúncia e pelo enfrentamento do racismo estrutural. Assim, esse campo, permite observar essas diferenças como disputas por sentidos sustentadas por diferentes formações discursivas Pêcheux (2012).

As diferenças de sentido também decorrem das condições de produção, atravessadas por marcas históricas, sociais e ideológicas. A impessoalização e a escolha de determinadas lexias diluem a dimensão racial, produzindo um efeito de neutralidade; já na página ativista, priorizam-se imagens e elementos que evidenciam a memória histórica da violência racial.

Muniz (2020) pontua que esse gesto é especialmente visível na mídia, onde diferentes suportes e posicionamentos institucionais constroem sentidos diversos a partir

dos mesmos fatos. O discurso, nesse sentido, é sempre situado, e sua interpretação depende diretamente das condições em que é produzido.

No funcionamento da interdiscursividade e do pré-construído, nenhum discurso é inaugural: o enunciado retoma dizeres anteriores que se apresentam como formulações já estabilizadas e naturalizam interpretações. Esse movimento é possível porque o discurso se inscreve no interdiscurso, entendido como o conjunto de dizeres anteriores e exteriores que o atravessam. Não se trata da simples coexistência de vários discursos, mas da anterioridade constitutiva do já-dito que determina o que pode ou não ser formulado em determinada conjuntura.

Nesse funcionamento discursivo, a memória discursiva, intrinsecamente relacionada às condições de produção, não corresponde a uma lembrança do passado, mas ao retorno de dizeres anteriores que delimitam o campo do dizível. Todo enunciado se ancora em formulações já estabilizadas historicamente, que funcionam como evidências e orientam a interpretação antes mesmo da leitura consciente do texto.

Nesse sentido, os discursos sobre negritude podem retomar formulações oriundas de discursos coloniais, científicos ou morais mesmo quando se apresentam como atuais, pois o efeito de novidade do enunciado mascara sua filiação discursiva, revelando que a produção de sentidos sobre a raça se estrutura menos pela intenção do sujeito e mais pela relação entre memória e atualidade que constitui o próprio dizer. A interdiscursividade evidencia, portanto, a complexidade da teia discursiva que estrutura a percepção social da raça no Brasil (Domingues, 2005).

Esse entrelaçamento funciona como um mecanismo de atualização do preconceito, em que narrativas aparentemente neutras reproduzem sentidos discriminatórios. No discurso da Folha, ao utilizar expressões como *‘após ser acusado’* ou *‘universitário negro’*, os termos podem servir como pano de fundo de reportagens que evitam nomear o racismo, deslocando o problema para outras esferas.

Em contraste, a fala da deputada, *“é uma vergonha que um trabalhador negro, voltando para casa, seja brutalmente atacado com um tiro nas costas por quem deveria proteger a população”* rompe com a suposta neutralidade jornalística e ativa memórias discursivas de visibilidade. Assim, o que se apresenta como discurso integrador em determinados veículos pode, na verdade, ocultar desigualdades históricas, enquanto em outros discursos alternativos, essas mesmas desigualdades são evidenciadas.

A concepção de sujeito apresentada estabelece que ele não é a origem do sentido, mas uma posição constituída ideologicamente. No espaço midiático, portanto, não se trata

da intenção individual do jornalista, e sim do funcionamento discursivo que o atravessa e o inscreve em determinadas formações ideológicas. Assim, os sentidos não são plenamente controlados pelo sujeito, pois se constituem na relação entre linguagem, ideologia e história, sendo a discursividade atravessada por mecanismos que regulam o campo do dizível, determinando não apenas o que pode ser formulado, mas também aquilo que permanece silenciado.

Orlandi (2017) compreende o silêncio não como ausência de linguagem, mas como dimensão constitutiva do discurso, responsável por delimitar o que pode ser dito, interditando sentidos e produzindo apagamentos. A autora destaca ainda que os sentidos não são espontâneos; eles revelam a complexidade da linguagem em sua articulação com o poder e com a história.

Muitas vezes, a ausência de determinados corpos em posições de protagonismo, ou a sua recorrência em cenários de criminalização, aponta para uma lógica discursiva que sustenta uma ordem racial hierárquica. Para Vieira (2018):

A AD considera que todo discurso produz sentidos com base em outros sentidos já cristalizados na sociedade, sujeito é depósito dessa ideologia, é passivo; e língua é um processo que perpassa as diversas esferas da sociedade (Vieira, 2018, p. 63).

Tal compreensão reforça que os sentidos não emergem da intenção individual, mas da historicidade que atravessa o dizer, de modo que cada enunciado, ao retomar discursos anteriores, pode também desestabilizar sentidos cristalizados e abrir espaço para novas interpretações. A disputa pela significação constitui, assim, uma disputa pelo direito de nomear o mundo e construir realidades simbólicas, embate no qual se evidenciam os conflitos ideológicos inscritos na materialidade do discurso.

A AD, ao assumir a linguagem como prática histórica e ideológica, oferece instrumentos teórico-metodológicos para compreender como determinadas formações discursivas se legitimam enquanto outras são silenciadas. Como afirma Orlandi (2017, p. 15), “a linguagem não é neutra. Ela é constitutiva do homem e da sociedade, atravessada pela ideologia e pela história”. É nesse funcionamento que os sentidos se produzem e que as posições dos sujeitos se organizam no espaço social.

Alinhada a essa perspectiva, a mídia é compreendida como uma instância produtora de discursos, atravessada por ideologias e relações de poder que orientam o que pode ser dito e quem pode dizer (Santos e Silva, 2014). Atuando em nível macro, ela atualiza formas de nomeação e legitima desigualdades sociais associadas à cor da pele (Sodré, 1999), organizando o dizer jornalístico de modo a enfatizar determinados aspectos

dos acontecimentos e atenuar outros, sob o efeito de uma suposta neutralidade informativa.

O discurso da mídia, ao selecionar, recortar e enquadrar acontecimentos, não apenas informa, mas produz sentidos específicos sobre a realidade social, inclusive sobre a questão racial, pois

A mídia é uma instituição que abrange a sociedade letrada e urbana, agendando para os sujeitos o que ler, fazer, comer, pensar, agir, criticar etc. Está em jogo nos modos de organização dessa agenda uma padronização, uma homogeneização do sujeito (Mariani, 1996, p. 212).

Por outro lado, também é possível identificar na mídia contra-discursos que tensionam os sentidos hegemônicos e colocam em circulação novas significações. A emergência de mídias independentes ou ativistas, como a Mídia NINJA, por exemplo, aponta para a multiplicidade discursiva existente no espaço midiático. Esses espaços operam deslocamentos nos sentidos predominantes, produzindo fissuras nas representações cristalizadas do sujeito negro.

É no âmbito do discurso digital que essas disputas de sentidos se intensificam e ganham maior visibilidade. Marcado pela velocidade e pela ampla circulação de enunciados, esse ambiente potencializa tanto a reprodução de sentidos hegemônicos quanto a emergência de dizeres que os confrontam, em um processo histórico e ideológico que afeta continuamente os sujeitos e suas formas de significação (Dias, 2011).

2.3 A historicidade dos sentidos raciais na mídia

Ao abordar a questão racial, parte-se do pressuposto de que ela não constitui um elemento externo aos textos analisados, logo, os sentidos sobre raça não aparecem prontos: eles se constroem nas formas de nomear, enquadrar acontecimentos, selecionar vozes e estabelecer relações entre sujeitos.

Por isso, esta seção volta-se à compreensão da racialização como processo histórico-discursivo. Interessa observar como determinados modos de dizer tornam algumas experiências visíveis enquanto outras permanecem marginalizadas, bem como de que maneira esses sentidos passam a operar como evidentes. Assim, a raça é abordada não como dado natural, mas como efeito de discursos que organizam posições sociais, pertencimentos e interpretações na mídia contemporânea.

A concepção de racialidade não deriva de bases biológicas, mas de processos históricos que instituíram classificações sociais orientadas pelos interesses coloniais e

pela expansão europeia. Nesse contexto, a diferenciação dos corpos passou a funcionar como justificativa para práticas sistemáticas de dominação, posicionando a branquitude como parâmetro de humanidade, estruturando hierarquias que atravessaram a constituição das sociedades modernas.

No século XIX, o discurso científico, atravessado por correntes como o determinismo biológico, o darwinismo social e os discursos médico-jurídicos, produziu efeitos de sentido que naturalizaram as desigualdades, difundindo o mito da inferioridade inata dos não brancos por meio de instituições como a escola, a igreja e a mídia. Embora as ciências genéticas no século XX tenham recusado essas classificações, evidenciando que a raça não possui base científica, tais enunciados sedimentaram uma rede de dizeres que ainda se atualiza nas formas sutis e explícitas de discriminação contemporânea.

Nesse sentido, compreender a raça como construção histórica implica reconhecer que ela opera como categoria discursiva capaz de organizar visões de mundo, definir lugares sociais e posicionar sujeitos. Ao serem reiterados e institucionalizados, certos dizeres passam a funcionar como evidências “naturais”, ocultando seu caráter histórico e transformando diferenças fenotípicas em marcadores sociais de valor. Como observa Almeida (2019):

Seu sentido está inevitavelmente atrelado às circunstâncias históricas em que é utilizado. Por trás da raça sempre há contingência, conflito, poder e decisão, de tal sorte que se trata de um conceito relacional e histórico. Assim, a história da raça ou das raças é a história da constituição política e econômica das sociedades contemporâneas (Almeida, 2019, p. 19).

É justamente essa disputa pelo sentido que se manifesta nas mídias contemporâneas: enquanto certos discursos reforçam enquadramentos hegemônicos que tendem a silenciar ou responsabilizar sujeitos racializados, outros buscam visibilizar resistências e reconfigurar modos de significar o racismo. É nessa tensão que se inscreve o corpus desta pesquisa, permitindo comparar como a Folha de S. Paulo e a Mídia NINJA estabilizam sentidos distintos sobre raça e seus efeitos sociais.

Compreender essa dimensão discursiva implica reconhecer que o combate ao racismo exige mais do que negar sua inexistência biológica: requer desnaturalizar os sentidos historicamente construídos que sustentam formas contemporâneas de desigualdade. Para Almeida:

Todas essas questões só podem ser respondidas se compreendermos que o racismo, enquanto processo político e histórico, é também um processo de constituição de subjetividades, de indivíduos cuja consciência e afetos estão de algum modo conectados com as práticas sociais. Em outras palavras, o racismo só consegue se perpetuar se for capaz de: produzir um sistema de ideias que

forneça uma explicação ‘racional’ para a desigualdade racial; constituir sujeitos cujos sentimentos não sejam profundamente abalados diante da discriminação e da violência racial e que considerem ‘normal’ e ‘natural’ que no mundo haja ‘brancos’ e ‘não brancos’ (Almeida, 2018, p. 54).

Nesse sentido, o racismo se sustenta justamente porque articula dois níveis inseparáveis: um nível ideológico, que organiza narrativas explicativas sobre a desigualdade, e um nível subjetivo, que forma modos de sentir, perceber e se relacionar com a diferença racial, dessa forma, a dinâmica faz com que a raça, enquanto categoria histórica e discursiva, organize posições de pertencimento, reconhecimento e valor, produzindo efeitos que se atualizam tanto nas práticas sociais quanto nos discursos que circulam publicamente.

Dessa forma, ao produzir posições-sujeito e regimes de sentido, o racismo encontra nos discursos midiáticos um espaço privilegiado de funcionamento. Diferentes formações discursivas passam a organizar modos distintos de significar a raça: ora pela neutralização e apagamento de sua dimensão estrutural, ora pela explicitação da violência histórica e pela construção de pertencimentos coletivos. O foco analítico desloca-se, portanto, do conteúdo informativo para os efeitos de subjetivação e hierarquização que esses discursos fazem circular no espaço digital.

Ademais, ao apresentar o Brasil como um ‘paraíso racial’, essa narrativa contribui para o silenciamento das demandas por reconhecimento e reparação por parte dos grupos racializados, configurando-se como uma estratégia discursiva de manutenção do status que é de invisibilização do racismo estrutural, pois “em consequência, a denúncia da propalada democracia racial se convertia em fato político e passava a contar como fator de erosão da ideologia racial oficial” (Nascimento, 2021, p. 81).

A relação concreta da dinâmica brasileira sustenta a ideia de convivência harmoniosa entre pretos e brancos, como se ambos desfrutassem de iguais oportunidades de existência, caracterizando um verdadeiro mito da democracia racial. Não se trata apenas de negar o racismo, mas de produzir uma gramática de percepção que define o que pode ou não ser reconhecido como racializado.

Esse enquadramento repercute diretamente na circulação de discursos midiáticos, pois condiciona quais temas ganham relevância, quais violências são representadas como estruturais ou episódicas e quais sujeitos são autorizados a aparecer como legítimos narradores de sua própria experiência.

Como aponta Souza (1983), ao incorporar o ideal branco como parâmetro de valor, o sujeito negro passa a viver um conflito permanente: para ser aceito socialmente,

precisa, de algum modo, negar-se. Essa negação atravessa dimensões estéticas, culturais e afetivas, levando-o a distanciar-se simbolicamente de sua identidade racial. Tal processo evidencia como os discursos racistas moldam subjetividades e fazem da hierarquia racial um critério de pertencimento e de valor (André, 2007).

É nesse ponto que a relação com os discursos midiáticos se torna central. A linguagem, entendida como prática social, é o espaço onde essas hierarquias e resistências ganham forma. A mídia participa ativamente da construção desses sentidos: ela legitima certos modos de nomear, de caracterizar e de enquadrar sujeitos racializados.

No corpus analisado, essa dinâmica aparece de maneira contrastante: na Folha de S. Paulo, observa-se uma tendência a tratar a raça como elemento secundário ou periférico, o que contribui para a manutenção da ideia de que a desigualdade é fruto de falhas individuais, e não estruturais. Já na Mídia NINJA, há um esforço evidente de explicitar a racialização e de reconhecer a violência que incide sobre corpos negros, produzindo um discurso que reforça identidades coletivas, pertencimento e agência política.

2.4 Interseccionalidade e a construção discursiva da racialidade

A interseccionalidade constitui um conceito central para compreender que as opressões sociais operam de forma articulada e não isolada. Autora consagrada, Collins (2020, p. 18) discorre que a “interseccionalidade pode ser uma ferramenta analítica útil para pensar e desenvolver estratégias”, uma vez que ela

Investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins, 2020, p. 16).

Nessa perspectiva, os sujeitos não são compreendidos a partir de uma única marca identitária, mas posicionados no cruzamento de múltiplas hierarquias sociais, o que explica por que determinadas experiências de vulnerabilização, silenciamento e estigmatização não podem ser analisadas por meio de categorias isoladas. A interseccionalidade torna inteligível, portanto, como certos corpos são produzidos discursivamente como mais expostos à exclusão, à violência simbólica e ao apagamento.

Aplicada ao contexto brasileiro e ao discurso midiático, essa abordagem possibilita observar como tais articulações se materializam nos enquadramentos jornalísticos. Ao analisar como cada veículo nomeia (ou silencia), constrói sujeitos e mobiliza os cruzamentos entre raça, gênero e classe, é possível notar as formações discursivas em jogo e seus efeitos ideológicos. É nesse espaço de disputa de sentidos que se tornam visíveis tanto as estratégias de neutralização e apagamento quanto as de visibilização, politização e resistência presentes nos discursos midiáticos contemporâneos.

Nesse sentido, ela não apenas amplia a compreensão das desigualdades, mas tensiona a própria ideia de neutralidade discursiva, uma vez que os sentidos produzidos sobre raça estão imbricados a outros marcadores sociais, essa perspectiva impede leituras simplificadas do racismo no campo midiático e exige uma análise atenta às camadas de significação que estruturam as representações. Trata-se, portanto, de deslocar o olhar da identificação isolada de preconceitos explícitos para a investigação das engrenagens simbólicas que organizam as hierarquias sociais no nível da linguagem.

Ao assumi-la como eixo teórico-analítico, reconhecemos que os discursos midiáticos não apenas refletem desigualdades, mas participam ativamente de sua produção e circulação. A análise das articulações entre raça, gênero e classe permite compreender como determinadas posições-sujeito são reiteradas, legitimadas ou contestadas, revelando que o campo midiático constitui um espaço privilegiado de disputa pelos sentidos do racismo e da própria diferença social.

Diante do percurso teórico traçado, compreende-se que os sentidos sobre o racismo não se apresentam como conteúdos transparentes, mas como efeitos produzidos em condições históricas determinadas. A mídia, enquanto instância simbólica atravessada por disputas de poder, participa ativamente dessa produção, organizando posições-sujeito e delimitando o campo do dizível sobre a raça. É nesse entrelaçamento entre linguagem, ideologia e história que se inscreve a análise desta pesquisa.

Ao articular os conceitos apresentados, estabelece-se um arcabouço teórico capaz de apreender a complexidade dos processos de significação que atravessam a mídia contemporânea. O foco desloca-se, assim, do nível informativo para a investigação dos mecanismos discursivos que produzem visibilidades e apagamentos.

A partir dessa construção discursiva sobre a racialidade, o capítulo seguinte delineia o dispositivo de análise que orienta a leitura do *corpus*, explicitando os critérios de seleção das materialidades e os gestos interpretativos mobilizados na investigação.

Trata-se de colocar em funcionamento os conceitos apresentados, acompanhando como diferentes formações discursivas disputam os sentidos do racismo na mídia e produzem efeitos de visibilidade e silenciamento.

3 CONFIGURAÇÃO DO DISPOSITIVO DE ANÁLISE

Nesta seção, serão apresentados os caminhos metodológicos que nos orientaram na construção da pesquisa, com base nos pressupostos da AD, discutidos no capítulo 2, ao considerar o discurso como prática histórica e ideológica (Orlandi, 2017). Nela, descreveremos a abordagem e o tipo de pesquisa que orienta o desenvolvimento do trabalho; após, traremos o *corpus* alinhando aos critérios estabelecidos e finalizaremos com os procedimentos de análises, assim como as categorias que colocarão em funcionamento as materialidades selecionadas.

3.1 Dispositivo de pesquisa e seleção documental

O presente trabalho adota uma abordagem voltada à análise de textos em circulação na mídia. Nessa perspectiva, tais materialidades não são compreendidas como fontes empíricas no sentido positivista, mas como materialidades discursivas em circulação, isto é, como textos que participam da produção de sentidos no espaço social. As notícias e postagens que compõem o *corpus* são, portanto, tomadas como práticas discursivas atravessadas por formações discursivas, memória discursiva e interdiscurso.

Além disso, a pesquisa caracteriza-se como qualitativa, por se orientar pela compreensão dos processos de produção de sentidos, e não pela quantificação de dados. Desse modo, busca-se analisar os discursos em circulação em mídias antagônicas, observando os efeitos de sentido produzidos e os atravessamentos históricos, ideológicos e sociais que os constituem.

Quanto à natureza, se constitui de um caráter interpretativo que se fundamenta na concepção que o discurso é uma prática simbólica que constrói realidades e posiciona o sujeito. A Análise do Discurso de filiação materialista constitui o horizonte teórico-metodológico da pesquisa, permitindo analisar a língua em funcionamento e observar os processos de silenciamento e visibilização que atravessam as materialidades midiáticas relacionadas à racialidade.

Dessa forma, feita a articulação que nos embasa, será possível compreender como

os veículos selecionados constroem a discursividade em torno do racismo, sendo possível identificar as regularidades e os deslocamentos que atravessam essas narrativas.

3.2 A constituição do *corpus*

A constituição do *corpus* desta pesquisa está relacionada à circulação midiática de acontecimentos discursivos de grande repercussão social no debate contemporâneo sobre o racismo. Entre esses acontecimentos, destaca-se a condenação de quatro réus espanhóis por crime de racismo contra o jogador brasileiro Vinícius Júnior, amplamente noticiada pela mídia nacional e internacional a partir de 2023, acontecimento que se configura como eixo organizador da delimitação do *corpus*.

A partir desse recorte, o objetivo consistiu em observar como diferentes plataformas midiáticas discursivizam um mesmo evento, analisando contrastes nos modos de nomear os sujeitos, nos enquadramentos do acontecimento e, principalmente, nos processos de visibilização ou apagamento. Parte-se do entendimento de que o racismo, enquanto objeto discursivo, se constitui de maneira heterogênea, em função das condições de produção e das formações ideológicas que atravessam cada instância enunciativa.

Definido o acontecimento, realizou-se o acompanhamento de sua circulação midiática, considerando-se a retomada, reformulação e reinscrição do evento em diferentes espaços de enunciação. Optou-se por trabalhar com materialidades produzidas em ambientes digitais contrastivos, preservando-se a materialidade verbal dos textos e atentando-se às condições específicas de produção de cada veículo. Nesse contexto, o *corpus* é composto por materialidades do jornal Folha de S. Paulo e da página Mídia NINJA, na plataforma Instagram.

Ao optarmos pela análise do discurso racial no jornal Folha de S. Paulo, consideramos o lugar historicamente consolidado no campo noticiário brasileiro. Trata-se, portanto, de um veículo de ampla visibilidade, reconhecido pela representatividade da mídia tradicional e institucional, cuja produção se ancora na objetividade, imparcialidade e credibilidade.

No viés discursivo, constitui um espaço privilegiado para se observar e analisar como esses acontecimentos ganham significações e tendem a se estabilizar na produção de efeitos de naturalização. Logo, ele permite analisar como a dimensão racial é nomeada, atenuada ou deslocada em nome de estratégias discursivas. Além disso, o jornal opera a

partir de condições específicas, marcadas principalmente por rotinas normativas e por um público leitor heterogêneo.

Em contraponto a isso, a Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) foi selecionada por se configurar como uma rede de mídia alternativa, cuja atuação se dá predominantemente no ambiente digital e se caracteriza pela explicitação de um posicionamento político em relação às pautas sociais. Sua produção discursiva, marcada pela rapidez, pela interação com o público e por uma linguagem situada, influencia diretamente os modos de nomeação dos sujeitos e a construção de sentidos em torno do racismo.

A partir da definição dos veículos, dois acontecimentos discursivos foram selecionados para compor a análise desta pesquisa, pensados pela ampla repercussão e pela capacidade de mobilizar os sentidos e conceitos relacionados à racialização dos sujeitos nas páginas midiáticas supracitadas, são eles:

(i) a condenação de quatro torcedores pelo crime de racismo contra Vini Jr., fato que deu início a esta pesquisa. Para além do campo esportivo, esse evento se inscreve em uma rede ideológica de dizeres sobre o corpo negro e o enfrentamento a esta cultura preconceituosa. Sua circulação expressiva contribui para a atualização de sentidos estabilizados, ao tempo que projeta sentidos em torno da responsabilização dos envolvidos, dando visibilidade à dimensão racial do acontecimento.

(ii) caso de um universitário, baleado por um policial militar. Esse episódio mobiliza um discurso que se atrela à segurança pública e coloca em funcionamento a construção do sujeito negro como um corpo suspeito, nos permitindo observar como os sentidos são tensionados ou atualizados constantemente.

Além disso, a delimitação do *corpus* a dois acontecimentos discursivos relaciona-se ao escopo qualitativo-interpretativo da pesquisa, de modo que se coloque em relação seus modos de significação. As materialidades são tomadas como casos críticos, nos quais se condensam formas opostas de enunciação sobre o racismo, permitindo privilegiar a profundidade analítica em detrimento da generalização estatística.

Os critérios de seleção do *corpus* articulam-se à temporalidade, compreendida como dimensão da memória discursiva; à repercussão social dos acontecimentos, intensificada pelos embates interdiscursivos; e à presença de marcadores raciais, fundamentais para a observação dos processos de nomeação, apagamento e visibilização que estruturam esta análise.

Desse modo, o *corpus* constitui uma amostra significativa do racismo enquanto

prática discursiva, permitindo analisar como sentidos historicamente estabilizados sobre a população negra são reinscritos, tensionados ou reconfigurados no presente, em função das condições de produção e das formações discursivas que sustentam cada enunciação. Assim, a análise dessas materialidades possibilita compreender não apenas os acontecimentos em si, mas os processos discursivos que contribuem para a manutenção ou contestação das relações raciais no Brasil.

3.2.1 Gestos de seleção e coleta do *corpus*

A coleta das materialidades discursivas foi realizada de modo sistemático, tomando como ponto de partida os acontecimentos discursivos relacionados a práticas de racismo amplamente divulgadas no espaço midiático. Tal escolha metodológica se justifica pela compreensão de que o acontecimento não se reduz ao fato empírico, mas se constitui na e pela linguagem, em determinadas condições de produção.

Os procedimentos de coleta envolveram três movimentos articulados: (i) a delimitação temporal dos acontecimentos, (ii) a busca das materialidades nos espaços midiáticos selecionados e (iii) o registro técnico dos materiais, com preservação de seus metadados.

Inicialmente, realizou-se o acesso ao site do jornal Folha de S. Paulo, por meio da ferramenta de busca disponibilizada pela própria plataforma, utilizando palavras-chave relacionadas aos acontecimentos selecionados, como os nomes dos sujeitos envolvidos e termos associados aos casos. Esse procedimento permitiu a identificação das reportagens referentes aos casos do jogador Vini Jr. e do universitário Igor, respeitando-se as datas de publicação correspondentes a cada acontecimento.

Em um segundo momento, procedeu-se ao acesso à plataforma Instagram, especificamente ao perfil Mídia NINJA. Nesse espaço, realizamos uma busca manual, com o objetivo de localizar as postagens que abordassem os mesmos fatos noticiados pela Folha de S. Paulo. Esse percurso possibilitou a constituição de um *corpus* comparativo, reunindo materialidades referentes a um mesmo acontecimento discursivo, produzidas em espaços midiáticos distintos e sob diferentes condições de produção.

O registro das materialidades foi realizado por meio de capturas de tela (*screenshots*), preservando-se a integralidade das publicações. No caso da Mídia NINJA, as postagens também foram salvas por meio da ferramenta “salvar” da própria plataforma, permitindo o acesso posterior ao material. As reportagens da Folha de S. Paulo foram

registradas integralmente, sendo organizadas em partes quando necessário para garantir a legibilidade do texto.

Todo o material coletado foi organizado em pastas digitais específicas, identificadas por acontecimento, veículo e data de publicação, assegurando a sistematização do *corpus* e a possibilidade de retomada das materialidades ao longo do gesto analítico. A identificação detalhada das materialidades que compõem o *corpus* encontra-se sistematizada abaixo:

Figura 1 - Racismo contra o jogador Vinícius Júnior

Veículo	Materialidade	Data	Horário	Autoria	Observações	URL
Folha de S. Paulo	Reportagem digital	16/06/2025	12h40	Reuters	Condenação de quatro torcedores por crimes de ódio	https://www1.folha.uol.com.br/esporte/2025/06/quatro-torcedores-sao-condenados-na-espanha-por-crimes-de-odio-contra-vini-jr.shtml
Mídia Ninja (Instagram)	Postagem em rede social	16/06/2025	Não informado	Autoria institucional	Crédito de imagem: Diogo Souto	https://www.instagram.com/p/DK-cUW6Jzoh/

Fonte: Elaborada pela autora, 2026

Figura 2 – Universitário Igor baleado por policial militar

Veículo	Materialidade	Data	Horário	Autoria	Observações	URL
Folha de S. Paulo	Reportagem digital	25/02/2025	11h26	Bruna Fantti	Caso ocorrido em 24/02/2025	https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2025/02/universitario-e-baleado-por-pm-apos-ser-acusado-de-assalto-no-rio-diz-familia.shtml
Mídia Ninja (Instagram)	Postagem em rede social	10/03/2025	Não informado	Autoria institucional	Imagem reproduzida da TV Globo	https://www.instagram.com/p/DHBL9q_RpiB/

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

3.3 Movimentos de análise

Para tornar analiticamente verificáveis as noções de apagamento e visibilização discursiva, adotamos, nesta pesquisa, um *mini-codebook* (tabela) composto por

indicadores linguístico-discursivos previamente definidos. Esse instrumento orienta o gesto de leitura, incidindo sobre escolhas lexicais, formas de atribuição de responsabilidade e a presença ou ausência de contextualização histórica e racial dos acontecimentos.

Ele se organizará em dois eixos: apagamento (A) e visibilização (V), sendo cada indicador identificado por um código alfanumérico. Sua aplicação será realizada a partir do recorte de fragmentos textuais específicos, sendo eles: título, lead/legenda, corpo do texto e citações, possibilitando uma leitura controlada e comparável das materialidades, sem reduzir a análise à classificação dentro dos objetivos propostos da pesquisa.

Os códigos anteriormente citados são os listados abaixo:

Indicadores de Apagamento

(A1) Ausência do lexema racismo ou de termos equivalentes quando o contexto aponta para discriminação.

(A2) Nominalização/impessoalização do agente;

(A3) Balancing/“voz dos dois lados”: ênfase em autoridades/defensores e fraca presença da vítima.

(A4) Uso de eufemismos ou construções passivas que deslocam responsabilidade.

(A5) Omissão de contexto histórico/colonial.

Indicadores de Visibilização

(V1) Nomeação explícita de racismo / “raça” como categoria interpretativa.

(V2) Presença de enunciações de denúncia/ativismo

(V3) Atribuição de agência à vítima/ao coletivo

(V4) Frases que conectam evento a memórias históricas (escravidão, colonialismo).

Nos interessa pontuar que o quadro analítico explicitado abaixo será preenchido ao término do processo analítico, com a finalidade de sistematizar os percursos interpretativos construídos.

Figura 3 - Modelo de tabela analítica

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

No capítulo seguinte, a análise das materialidades discursivas será desenvolvida a partir desse percurso metodológico, colocando em funcionamento os conceitos e indicadores apresentados.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Antes de adentrarmos ao gesto analítico, consideramos necessário apresentar as instâncias enunciativas que produzem as materialidades discursivas analisadas: o jornal Folha de S. Paulo e a página Mídia NINJA, no Instagram. Tal apresentação não se limita a uma caracterização institucional ou descritiva, mas se inscreve no campo AD, considerando que cada uma dessas mídias opera sob condições de produção específicas, atravessadas por formações discursivas que orientam os modos de dizer sobre o racismo.

A Folha de S. Paulo constitui-se como um dos principais veículos da mídia jornalística tradicional brasileira, ocupando um lugar historicamente legitimado no campo informativo. Fundada em 1921, sua produção discursiva ancora-se em valores como objetividade, imparcialidade e credibilidade institucional, efeitos que não são neutros, mas resultam de um funcionamento ideológico próprio do discurso jornalístico hegemônico. Nesse espaço, os acontecimentos são organizados seguindo rotinas normatizadas, com forte presença de fontes oficiais, jurídicas e institucionais, o que tende a estabilizar sentidos e a enquadrar os fatos dentro de uma lógica racionalizante e administrável.

A trajetória histórica do jornal pode ser observada em suas primeiras edições, quando ainda circulava sob o título Folha da Noite, refletindo uma visão da sociedade paulistana em transformação e cobrindo acontecimentos políticos e sociais de grande notoriedade.

Ao longo de sua consolidação, o jornal expandiu sua atuação editorial e passou a ocupar posição de destaque no cenário midiático nacional, firmando-se como fonte de registro diário de fatos de interesse público e de debates da vida social brasileira. Essa trajetória foi celebrada em 2021, quando o jornal completou cem anos de circulação contínua, marco que reafirma sua longevidade e sua relevância no panorama da imprensa brasileira³.

³ FOLHA DE S. PAULO. *Folha de S. Paulo – as primeiras de muitas páginas*. Exposição digital. Google Arts & Culture. Disponível em: <https://artsandculture.google.com/story/8wVBILSHuowe7g?hl=pt-BR>. Acesso em: 19 jan. 2026.

A escolha da plataforma como objeto desta pesquisa se fundamenta na expressiva presença no cenário midiático, ultrapassando o âmbito regional e alcançando leitores em diferentes partes do país, conferindo ao veículo um papel relevante na mediação de debates públicos e na circulação de informações que atravessam o cotidiano social brasileiro.

Além disso, a instância jornalístico-midiática possui um público leitor marcado por elevado capital escolar e acesso ampliado a bens culturais. Informações levantadas a partir de pesquisas realizadas por institutos vinculados ao próprio grupo indicam que seus leitores se concentram majoritariamente em camadas sociais com maior poder aquisitivo e inserção profissional qualificada⁴. Esse perfil confere ao jornal uma circulação discursiva específica, que dialoga diretamente com segmentos socialmente influentes.

Esse recorte quanto às características de acesso, se justifica ao fato de que os grupos sociais leitores ocupam e participam ativamente de instâncias decisórias nos campos culturais e, principalmente, políticos. Nesse cenário, os conteúdos não se restringem à função exclusiva de informação imediata, mas contribuem na rede de significados e na arena discursiva de circulação sobre os acontecimentos de interesses coletivos, contribuindo para a organização de debates e no gesto interpretativo quanto à realidade social.

Assim, ao fazermos essa integração, consideramos a projeção social, cuja relevância se justifica tanto por sua trajetória no campo da imprensa quanto pelo perfil do público a que se dirige. Tal contextualização busca situar o leitor ao lugar ocupado pelo jornal no espaço midiático e à rede de discursos que nele circulam, funcionando como base para as análises que se desenvolvem posteriormente.

Em contraponto à Folha, A Mídia NINJA (Narrativas Independentes e Jornalismo em Ação) se configura como uma mídia ativista independente que teve notoriedade em 2013, durante manifestações em meados de junho, em que milhares de pessoas protestavam nas ruas do país. A plataforma ganhou notoriedade pelas reportagens em

⁴ A pesquisa *Perfil do Leitor*, realizada pelo Datafolha e divulgada pela *Folha de S. Paulo*, consiste em um levantamento de opinião (pesquisa) sobre as características sociodemográficas e posicionamentos ideológicos de seu público leitor. A edição de 2000, com abrangência nacional, entrevistou 2.267 pessoas e indica que o leitor típico do jornal apresenta elevada escolaridade e renda, concentrando-se majoritariamente nas classes A e B, além de possuir formação superior e inserção profissional no setor formal. Os dados também apontam para a predominância de posições liberais em temas sociais e políticos. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/folha/80anos/quem_e_o-leitor.shtml. Acesso em: 20 jan. 2026.

formato *live*⁵ a partir de internet 3g e 4g⁶ em celulares ou notebooks. Seus fundadores, que também são jornalistas, destacam:

Surgimos em meio à multidão. Num momento decisivo em que a história do país se pôs diante de nós. Fomos os olhos, a voz e o coração de milhares de pessoas. Transmitindo de dentro os acontecimentos, nos envolvemos e fomos parte do processo de transmutação política de nossa geração (Mídia Ninja, 2023).

Ao longo desses treze anos, a página desenvolve suas atividades a partir da fundação da rede Fora do Eixo (FdE), no uso de plataformas digitais e em formatos de produção que privilegiam a circulação em rápida escala de conteúdos audiovisuais. Diferentemente de empresas jornalísticas convencionais, em específico a Folha, sua atuação não se baseia em sentidos cristalizados, mas por meio de uma rede de colaboradores que se distribuem em diferentes regiões do Brasil, ampliando a capacidade de inserção em eventos e acontecimentos diversos.

Fundamentada na visibilidade alcançada e na dimensão de seu trabalho, a página consolidou-se como uma referência no campo da mídia digital alternativa, sendo compreendida como uma rede descentralizada, cuja sustentação financeira se dá, sobretudo, por meio de contribuições voluntárias de apoiadores interessados na manutenção do projeto⁷ midiático.

Além desse fortalecimento, colabora com redes semelhantes de atuação de causas específicas e para além de interesses que versam sobre políticas, tratam sobre temáticas que se refere às minorias, uma vez que “defendemos e acreditamos que é fundamental o surgimento e o desenvolvimento das mídias independentes e buscamos fomentar essa perspectiva a partir de nossas ações” (Mídia NINJA, 2023).

Desse modo, ao apresentarmos essas instâncias midiáticas, situamos os lugares discursivos a partir dos quais os sentidos sobre o racismo passam a ser produzidos e postos

⁵ O termo *live* refere-se à transmissão de conteúdos em tempo real por meio da internet. No contexto do jornalismo digital, esse formato intensifica a sensação de imediatividade e da relação em tempo real entre produtores e receptores da informação. <https://tecnoblog.net/responde/o-que-e-live/>. Acesso em: 18 jan. 2026.

⁶ Entrevista concedida pelos fundadores da Mídia Ninja à BBC Brasil, na qual são apresentadas as condições de surgimento da plataforma, suas estratégias de cobertura jornalística em tempo real e o uso de tecnologias móveis como elemento central de sua prática comunicacional. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2013/08/130805_midia_ninja_cc. Acesso em: 18 jan. 2026.

⁷ O financiamento da Mídia NINJA ocorre por meio de campanhas de apoio coletivo, nas quais qualquer pessoa pode contribuir financeiramente para a continuidade do projeto. A iniciativa é divulgada na plataforma Catarse, sob o lema “Eu, você e todos nós. Seja NINJA!”. Disponível em: <https://www.catarse.me/midianinja>. Acesso em: 21 jan. 2026.

em circulação. Portanto, ao operarem sob condições de produção distintas e ancoradas em memórias discursivas específicas, constituem espaços nos quais o racismo é significado de maneiras diversas, atravessadas por histórias, ideologias e posições-sujeito. Tais diferenças não são aqui analisadas, mas anunciadas como eixo das análises que se desenvolvem posteriormente, em que se observará como essas materialidades discursivas atualizam, silenciam ou tensionam sentidos historicamente construídos sobre a questão racial.

4.1 Análise do evento discursivo 1

Figura 4 – Notícia 1 – Quatro torcedores são condenados na Espanha por crime de ódio contra Vini Jr.



Fonte: Folha de S. Paulo, 2025

A matéria foi veiculada pelo canal de notícias Folha de S. Paulo, em 16 de junho de 2025, e traz à cena discursiva a condenação de quatro homens, torcedores espanhóis que, em janeiro de 2023, foram protagonistas de um ato de violência simbólica contra o jogador Vinicius Jr., ao pendurarem um boneco enforcado com sua camisa em uma ponte, às vésperas de um jogo do Real Madrid.

A organização textual inscreve o acontecimento em uma formação discursiva institucional, na medida em que privilegia exclusivamente vozes autorizadas, como a

agência Reuters e a entidade LaLiga⁸. Essas fontes operam como instâncias de legitimação do dizer jornalístico, produzindo um efeito de objetividade e encerramento do caso. Ao centralizar a resposta, o discurso desloca a violência sofrida pelo jogador para o plano da resolução formal, silenciando a dimensão estrutural do racismo e restringindo o acontecimento à eficácia das instituições.

A chamada da notícia, composta pelo título e subtítulo, materializa elementos discursivos que se inscrevem na formação discursiva institucional do jornalismo, marcada pela ancoragem na institucionalização jurídica e na suposta imparcialidade que atravessa esse espaço midiático. O enunciado se organiza de modo a produzir um efeito de objetividade ao nomear os responsáveis pelo ato apenas como “*quatro torcedores*”, forma genérica que dilui a responsabilização dos agressores e opera um apagamento da violência, ao mesmo tempo em que a vítima é individualizada, sem que sua condição racial seja explicitamente nomeada.

Ainda na chamada, a nomeação do acontecimento como “*crime de ódio*”⁹ sem a amplificação direta do racismo, constitui um gesto de apagamento que se materializa na ausência de qualquer marcador racial no título, bem como na priorização de fontes institucionais que deslocam o acontecimento para o campo jurídico-administrativo. Tal escolha lexical produz efeitos de sentidos relevantes, na medida em que atenua a gravidade simbólica e histórica do ato, reinscrevendo em uma moldura genérica, passível de neutralização. Para Orlandi (2012), esse funcionamento evidencia como o discurso se materializa em práticas linguísticas e sociais, articulando sujeito, sentido e história.

Ainda no subtítulo, observamos uma articulação discursiva que associa o relato a uma imediata suavização de suas consequências. A formulação “*eles pediram desculpa e não serão presos*” opera como estratégia de acomodação e encerramento do conflito.

⁸ A instituição futebolística LaLiga é responsável pela organização das principais competições profissionais de futebol na Espanha, incluindo a primeira divisão (LaLiga EA SPORTS) e a segunda divisão (LaLiga Hypermotion). Possui sede em Madrid e desenvolve ações de governança, comercialização e promoção do esporte, bem como programas voltados à integridade e à segurança nos eventos futebolísticos. Para mais informações, bucar: LaLiga – What is LaLiga? Disponível em: <https://www.laliga.com/en-GB/pressroom/what-is-laliga>. Acesso em: 23 ago. 2025.

⁹ Em termos jurídicos, o crime de ódio é definido como conduta de violência ou discriminação direcionada a indivíduos ou grupos com base em características identitárias, como raça, cor, etnia, religião ou orientação sexual, que busca prejudicar ou intimidar o coletivo afetado. O crime racial, no contexto brasileiro, é tipificado na Lei nº 7.716/1989 e no Código Penal (art. 140, § 3.º) como prática discriminatória motivada por preconceito racial. A explicitação dessas categorias permite observar como o enquadramento jurídico também opera como instância de significação na nomeação da violência racial. Para mais informações, consultar: JusBrasil, “O que são os crimes de ódio” (<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/o-que-sao-os-crimes-de-odio/309394678>) e Constituição Federal de 1988, art. 3º, IV (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 13 fev. de 2026

Ao deslocar o foco da violência racial para a resposta jurídica, o enunciado dilui a gravidade do ato, apagando sua dimensão histórica. De acordo com Pêcheux (2012), esse gesto evidencia que escolhas lexicais não são neutras, mas atravessadas pela ideologia e pela história.

O primeiro parágrafo, chamado de *lead*, desempenha papel central na organização da notícia, sintetizando o acontecimento e orientando a leitura do leitor sobre o que é considerado relevante. Porém, mesmo nesse trecho inicial, o racismo sofrido pelo jogador não é tematizado, sendo deslocado para aspectos periféricos, como a resposta à instituição. Essa escolha produz um efeito de apagamento, naturalizando a violência racial e destacando apenas a resolução formal do conflito, sem evidenciar sua dimensão estrutural e coletiva.

Ao colocar em evidência o pedido de desculpas dos torcedores e a ausência de prisão, o discurso orienta a recepção do sujeito para um horizonte interpretativo no qual o problema aparece como “resolvido”, como se o ato racista pudesse ser apagado ou neutralizado por um gesto formal e pela resposta institucional. Nessa lógica discursiva, produzem-se efeitos de neutralização da violência racial, ao mesmo tempo em que se deslegitimam práticas discursivas que poderiam denunciá-la como constitutiva de um sistema opressor mais amplo.

Esse movimento linguístico confirma que “o sentido não está na língua nem no sujeito, mas é efeito do funcionamento da ideologia no processo discursivo” (Orlandi, 2017, p. 41). Ainda que esse funcionamento não seja homogêneo, observa-se a predominância de um enquadramento discursivo que contribui para o apagamento da dimensão estrutural do racismo, deslocando-o para o campo do episódio isolado e da resolução pontual.

O primeiro parágrafo da notícia organiza os sentidos iniciais do acontecimento. Embora se trate de um gesto de violência racial contra um jogador brasileiro, a textualização evita a nomeação direta do racismo, produzindo um efeito de neutralidade. Ao enunciar que “*quatro torcedores de futebol foram condenados*” se mobiliza uma designação genérica que dilui a autoria da violência e desloca o foco para a esfera institucional, sustentando um efeito de objetividade.

Esse funcionamento aciona uma memória discursiva do dizer jornalístico, que apaga a dimensão histórica e racial do ato, esvaziando seu conteúdo ideológico. Esse gesto de apagamento discursivo produz efeitos relevantes na constituição dos sentidos em circulação. Ao silenciar a motivação racial do acontecimento, o discurso enfraquece a

identidade de Vini Jr., que passa a ser nomeado apenas como “*atacante do Real Madrid*”, inserido em uma lógica estritamente esportiva, e não como sujeito histórico atravessado por marcas raciais

Logo, a mídia, a partir da sua instância enunciativa (Folha), opera como espaço de produção de sentidos que não apenas informa, mas regula o que pode ou não ser dito sobre determinados sujeitos e acontecimentos, porque esses “meios de comunicação não apenas transmitem sentidos, eles os produzem, reproduzem e delimitam, segundo a posição que ocupam nas formações discursivas” (Pêcheux, 1997, p. 132).

Ao priorizar uma narrativa real, a matéria reforça o funcionamento de uma formação discursiva hegemônica, contribuindo para a impessoalização explícita, marcada pela não nomeação dos torcedores, pela ausência dos rostos ou nacionalidade. Esse gesto discursivo é intencional: ele apaga a responsabilidade individual e coletiva dos sujeitos que praticam a ação, diluindo a ideia de ‘*torcedores*’, para uma simples rivalidade esportiva, desfocalizando-os no plano discursivo. Logo, os agressores não são constituídos como sujeitos de um crime racial, ao passo que a experiência de racismo vivida pela vítima é silenciada.

Produz-se, assim, um duplo efeito de apagamento: de um lado, dilui-se a responsabilização dos que praticam o ato racista; de outro, a invisibilidade pela violência sofrida. Essa desfocalização da racialidade na mídia não acontece por acaso, ela resulta de um conjunto de operações recorrentes que podem ser apreendidas a partir dos indicadores abaixo:

Figura 5 - Tabela de materialidade – Notícia 1

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação
Enquadramento inicial do ato contra Vini Jr.	“Quatro torcedores são condenados na Espanha por crime de ódio contra Vini Jr.”	A1, A2	-	Ausência do lexema <i>racismo</i> ; designação genérica “quatro torcedores”	Não racialização inicial do acontecimento
Atenuação da violência pelo léxico jurídico	“crime de ódio”	A1, A5	-	Substituição do racismo por categoria jurídica abstrata	Neutralização simbólica da violência racial

Diluição da responsabilidade e dos agressores	“Quatro torcedores”	A2	-	Impessoalização e ausência de nomes, rostos ou identidades	Apagamento da autoria da violência
Encerramento antecipado do conflito	“eles pediram desculpas e não serão presos”	A3, A4	-	Pedido de desculpas como operador de resolução; ausência da prisão	Produção de efeito de resolução institucional
Centralidade da resposta institucional	Subtítulo completo	A3	-	Ênfase na sanção e não na violência sofrida	Deslocamento da vítima para a instituição

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Figura 6 – Notícia 2 - Boneco enforcado com camisa do jogador Vini Jr.



Boneco com camisa de Vinícius Júnior foi pendurado em uma ponte em Madri simulando enforcamento, acompanhado da faixa “Madri odeia o Real” - Reprodução/COPE

Fonte: Folha de S. Paulo, 2025

A imagem do boneco pendurado com a camisa do jogador funciona como materialidade discursiva que atualiza uma memória histórica de violência racial. O gesto imagético reinscreve sentidos associados ao enforcamento de corpos negros como forma de punição e eliminação simbólica, convocando não apenas a interdiscursividade colonial, mas também o discurso religioso presente na tradição da “Malhação do Judas”, em que uma figura simbólica é exposta, castigada e queimada publicamente.

Ao articular essas memórias históricas, a imagem constrói uma narrativa de ameaça e punição, revelando como o enunciado mobiliza diferentes camadas de sentidos culturais e simbólicos para reinscrever e ao mesmo tempo ocultar a violência racial que atravessa o acontecimento

Outrossim, a presença da faixa “*Madri odeia o real*” produz um importante deslocamento de sentidos. Ao dizer “*Real*”, o enunciado não se refere apenas à instituição esportiva, mas permite a sobreposição entre o clube e o corpo que o representa naquele momento histórico. De forma metonímica¹⁰, esse funcionamento atua como operador que nega a racialização pelo gesto: o ataque deixa de ser lido como dirigido a um sujeito negro e passa a ser interpretado como expressão legítima de antagonismo esportivo. É nesse quadro que o enunciado se ancora na rivalidade entre torcidas, produzindo um efeito de generalização que dilui a violência racial em uma disputa simbólica entre clubes.

Além disso, esse efeito é reforçado pela imagem do boneco, que materializa uma violência extrema, mas cujo sentido é parcialmente contido pela legenda simbólica que a acompanha. Dessa forma, ao articular o ódio a uma entidade abstrata (“*o Real*”), o enunciado produz dois apagamentos: da motivação racial do ataque e da condição de Vini Jr. como sujeito histórico atravessado pelo racismo. Trata-se, portanto, de um gesto discursivo que, por meio de um deslocamento associado ao universo esportivo, reinscreve e ao mesmo tempo oculta a violência racial que estrutura o acontecimento

A partir desse funcionamento linguístico-imagético, torna-se possível descrever com maior precisão os mecanismos de apagamento e de visibilização na tabela abaixo:

Figura 7 - Tabela de materialidade 1 – Notícia 2

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação
Materialidade e imagética do ato contra Vini Jr.	Imagem do boneco enforcado com a camisa do jogador e a faixa “ <i>Madri odeia o Real</i> ”	A1	-	Ausência de nomeação do racismo; formulação metafórica do ódio	Silenciamento da motivação racial
Idem	Faixa: “ <i>Madri odeia o Real</i> ”	A2	-	Substituição do sujeito	Desracialização do sujeito da violência

¹⁰ Em termos linguísticos, a metonímia é definida, nos dicionários de língua portuguesa, como um processo de substituição semântica em que um termo é empregado no lugar de outro com o qual mantém relação de contiguidade ou proximidade de sentido (cf. Houaiss, 2009). Para a AD, a noção é mobilizada como um funcionamento discursivo de deslocamento de sentidos, pelo qual um elemento do acontecimento passa a representar o todo, produzindo efeitos de apagamento de determinações históricas e sociais, neste trabalho, a racialização do sujeito em favor de uma leitura legitimada como antagonismo esportivo.

				racializado pela entidade esportiva (“Real”); metonímia clube/corpo	
Idem	Faixa: “Madri odeia o Real”	A4	-	Ancoragem na rivalidade esportiva; recontextualização do ataque como antagonismo simbólico entre clubes	Neutralização e deslocamento do conflito racial
Idem	Boneco enforcado com a camisa do jogador	-	V2	Atualização de memória histórica de violência contra corpos negros	Visibilização pela memória discursiva da violência racial

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Figura 8 – Notícia 3 - Quatro torcedores são condenados na Espanha por crime de ódio contra Vini Jr



Fonte: Folha de São Paulo, 2025

Ainda na notícia, nos parágrafos que sucedem o caso do jogador, se observa um modo específico de organização do discurso que reafirma as instituições como lugar legítimo (e suficiente) para a resolução do conflito. Ao informar que os condenados não cumprirão pena de prisão, o discurso textual-midiático já sinaliza um abrandamento da violência sofrida. O marcador adversativo “*no entanto*” opera como dispositivo que desloca o foco da gravidade do ato para a adequação da resposta institucional.

A informação de que os acusados assinaram uma carta de desculpas e participarão de um “*programa educacional sobre tratamento igualitário e não discriminação*” reforça esse funcionamento discursivo. A cena, antes marcada por um gesto violento e público, é, agora, recolocada na ordem simbólica da reeducação, como se fosse possível

neutralizar a violência por meio de um pedido formal de desculpas e uma atividade pedagógica.

É nesse ponto que se torna produtivo entender como o acontecimento é significando: o que antes era racismo, agora aparece como desvio de conduta individual. Para Orlandi (2012):

Os engajamentos e deslizes nos levam a pensar que o real do sentido é a possibilidade do jogo, da falha, do deslizamento que podemos observar na materialidade discursiva que conjuga ideologia e inconsciente. Estes, como sabemos, são considerados como estruturas-funcionantes que dissimulam sua própria existência no interior de seu funcionamento, produzindo evidências em que se constitui o sujeito. O jogo é o movimento que, na falha, a língua, com sua ordem, oferece como condição de produção (Orlandi, 2012, p. 81).

Nesse funcionamento, chama atenção o jogo de silêncio em relação aos torcedores acusados. Eles permanecem como “*os réus*”, “*os quatro torcedores*”, “*os demais*”. Esse tipo de apagamento discursivo dilui a responsabilidade individual e contribui para a atenuação do peso simbólico da ação violenta. Em contraste, sujeitos racializados, como o próprio jogador, são historicamente expostos e responsabilizados. Esse tipo de apagamento funciona discursivamente para camuflar uns, em detrimento de outros, pois, isto são os “efeitos materiais da língua sujeita a falhas na história” (Orlandi, 2012, p. 83).

Ainda na notícia, o jogador serve apenas como ‘recebedor’ de desculpas. Não há espaço para sua fala, nem para escuta ou posicionamento. Sua presença é reduzida à função de ‘destinatário passivo’, enquanto a narrativa privilegia os gestos administrativos. Esse silenciamento reforça a mudança da violência do campo da experiência vivida para um lugar de gestão jurídica de conflito.

O detalhamento das multas, das restrições de aproximação e das proibições de acesso aos estádios intensifica o efeito de legalidade do texto. A enumeração “*1.084 euros*”, “*720 euros*”, “*quatro anos*”, “*três anos e sete meses*” opera como estratégia de institucionalização do conflito, pois desloca o foco da violência racial para a eficiência do sistema, produzindo assim um efeito de autoridade jurídica, orientando o leitor a confiar na resposta das instituições.

O racismo, nesse viés, não aparece como estrutura histórica, mas como infração administrável, ao observarmos um apagamento da dimensão racial do acontecimento, já que o léxico substitui a nomeação por termos técnicos e normativos. Trata-se, portanto, de um efeito da formação discursiva jurídico-institucional, na qual o sentido do acontecimento é estabilizado pela legalidade.

Ao citar que “*esta pena criminal se soma a várias já proferidas*” e quantificar o número total de condenações, o discurso mobiliza uma memória discursiva pautada na repetição, condensando o racismo a uma estatística. Essa operação produz efeito de naturalização da violência, transformando o acontecimento em dado recorrente e não como sintoma de uma formação social marcada pela desigualdade racial.

Após o desenvolvimento do percurso analítico deste evento discursivo, tornou-se possível sistematizar os funcionamentos observados a partir da sistematização na tabela abaixo, permitindo explicitar regularidades discursivas nos indicadores selecionados.

Figura 9 - Tabela de materialidade 1 – Notícia 3

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação
Resposta institucional ao ato racista contra Vini Jr.	“os condenados não cumprirão pena de prisão”; operador adversativo “ no entanto ”	A4	-	Marcador adversativo que desloca o foco da violência para a adequação da resposta jurídica	Atenuação da violência racial
Idem	“assinaram uma carta de desculpas”; “programa educacional sobre tratamento igualitário e não discriminação”	A1	-	Substituição do racismo por léxico pedagógico; apagamento da nomeação racial	Despolitização do racismo
Idem	Reconfiguração do acontecimento como “desvio de conduta individual”	A5	-	Ausência de contextualização histórica e estrutural do racismo; individualização do ato	Desconhecimento da violência histórica
Nomeação dos agressores	“os réus”; “os quatro torcedores”; “os demais”	A2	-	Impessoalização e ausência de nomes, rostos ou nacionalidade dos agressores	Diluição da responsabilidade
Lugar discursivo da vítima	Jogador como “recebedor” de desculpas,	A3	-	Silenciamento da vítima;	Apagamento da vítima

	sem voz própria				
Organização jurídico- numérica do texto	Enumeração de multas, prazos e sanções ("1.084 euros"; "quatro anos"; etc.)	A4	-	Quantificação como estratégia de institucionalizaç ão e encerramento do conflito	Neutralização pelo efeito de legalidade
Memória discursiva do acontecimen to	"esta pena criminal se soma a várias já proferidas"	A5	-	Racismo tratado como recorrência estatística, não como estrutura histórica	Naturalização da violência

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Figura 10 – Notícia 4 - Quatro torcedores são condenados na Espanha por crime de ódio contra Vini Jr.

Resenha do livro de Zé Carlos de Oliveira sobre o caso do boneco enforcado em Paris em 1998 e Olympique de Marseille pelo Campeonato Francês, em Par... MAIS ▾

Em sua investigação sobre o caso apreciado agora pela Justiça, o Ministério Público identificou que os responsáveis pelo boneco pendurado eram integrantes do grupo Frente Atlético. Tinham 19, 21, 23 e 24 anos.

Vinicius Junior depôs a respeito do ocorrido no mês passado. E disse ter ficado temeroso em relação à própria segurança e à de seus parentes mais próximos.

"Foi um dia muito triste para mim. Eu não sabia o que ele [o boneco pendurado] queria dizer, não sabia se eu e minha família estávamos em perigo", declarou.

O episódio é um dos retratados no documentário "Baila, Vini", lançado pela Netflix no mês passado. O filme retrata toda a trajetória do jogador de 24 anos, desde a origem em São Gonçalo, mas dedica boa parte de seus 106 minutos às agressões sofridas por ele na Europa, com suas respectivas reações.

O filme recorda a cena do boneco enforcado pelos torcedores do Atlético e também os xingamentos da torcida do Valencia, no estádio Mestalla. Vinicius resolveu reagir e acabou se tornando um símbolo, um porta-voz da luta antirracista.

Uma de suas atitudes foi levar os casos à Justiça. No mês passado, em punição semelhante à dos quatro torcedores do Atlético, cinco fãs do Valladolid receberam penas de prisão por crime de ódio e ofensa racista, mas tiveram essas penas suspensas com a condição do pagamento de multa e de afastamento dos estádios.

Fonte: Folha de S. Paulo, 2025

Por fim, o episódio envolvendo o boneco enforcado com o nome do jogador não é uma questão isolada que possa ser ignorada, ele está inserido em uma formação discursiva que ativa significados historicamente determinados sobre o corpo negro, sendo ele ameaçador, descartável, um corpo fora de lugar. Sob o viés da AD, essa cena nos permite ver como os discursos racistas se manifestam no espaço do futebol, atualizados e reproduzidos por uma memória discursiva colonial que atua mesmo sob o disfarce de "apoio" ou "provocação".

O "boneco" efetivamente passa a representar, no contexto do processo racista de significação, o esforço de eliminar simbolicamente o sujeito negro que ousou marcar seu espaço de visibilidade e presença. O futebol europeu, embora comercializado como um espetáculo globalmente integrado, abriga profundas contradições em sua fundação

simbólica: o corpo negro é bem-vindo enquanto for útil e bonito, mas não como um sujeito autônomo e falante.

É nesse gesto que se organiza, neste trecho da reportagem, um deslocamento relevante na produção dos sentidos do acontecimento. Diferentemente dos excertos anteriores, observa-se uma maior visibilização dos sujeitos envolvidos, sobretudo quando a notícia informa que “*o Ministério Público identificou que os responsáveis pelo boneco pendurado eram integrantes do grupo Frente Atlético*”. Essa nomeação do Ministério aciona uma voz de autoridade, conferindo legitimidade ao enunciado e produzindo um efeito de verdade sustentado pela formação discursiva jurídico-estatal.

No entanto, essa visibilização é imediatamente acompanhada de uma neutralização. A identificação dos agressores se restringe à sua vinculação a um grupo e à enumeração de idades “*19, 21, 23 e 24 anos*” sem qualquer marcação social ou ideológica. Esse gesto produz um apagamento das condições de produção do racismo, pois transforma sujeitos históricos em dados biográficos neutros, reinscrevendo a violência racial em uma lógica descritiva.

Essa neutralização dialoga com um interdiscurso sobre a juventude, construído culturalmente em torno da ideia de que jovens ‘fazem besteiras’ ou ‘cometem erros’, o que desloca a responsabilidade do ato racista de uma lógica social e histórica para uma suposta característica natural da faixa etária. Ao inserir os agressores nesse quadro, a narrativa despolitiza a violência racial, minimizando seu caráter estrutural e ideológico e reforçando leituras que interpretam o episódio apenas como uma transgressão individual.

Ademais, ao mencionar que o jogador “*depôs a respeito do ocorrido*” e que se sentiu “*temeroso em relação à própria segurança*”, o discurso introduz, pela primeira vez, uma fala atribuída à vítima, o que poderia configurar um gesto de visibilização. Contudo, essa visibilização é cuidadosamente controlada: Vini aparece apenas como sujeito vulnerável, que teme pela própria integridade e de sua família. Sua fala não é situada em uma denúncia do racismo, mas enquadrada como reação individual a um episódio específico. Trata-se, portanto, de uma visibilização regulada, que permite a presença do sujeito racializado apenas dentro de um espaço de sofrimento privado.

Além disso, o recorte feito pelo locutor da notícia reforça o enquadramento afetivo e narrativo da experiência do jogador. Ao invés de apresentar diretamente as palavras de Vini Jr. em uma entrevista, a notícia opta por dar voz ao jogador a partir de uma produção midiática — o documentário *Baila, Vini*, da Netflix. Essa escolha produz dois efeitos significativos: por um lado, confere à narrativa um efeito de ficcionalização, mesmo que

autobiográfica, transformando acontecimentos reais em uma história organizada em termos de trajetória e superação; por outro, estabelece que a legitimidade da vítima racializada só é reconhecida quando atestada por um agente institucional de grande porte, no caso, a Netflix.

Dessa forma, a voz do jogador não é apresentada como expressão autônoma de experiência racializada, mas mediada e validada por uma plataforma cultural de grande circulação, deslocando o episódio de violência racial do presente conflitivo para um plano de narrativa biográfica e cultural, em que o racismo é tratado como obstáculo a ser superado dentro da trajetória pessoal do atleta.

Nessa perspectiva, ao se afirmar que Vini Jr. *“acabou se tornando um símbolo, um porta-voz da luta antirracista”*, somos apresentados a um gesto ambíguo de visibilização: por um lado, há o reconhecimento de sua posição política; por outro, essa simbolização desloca o enfrentamento do racismo para o plano individual, atribuindo ao sujeito racializado a responsabilidade de representar e combater a violência que o atinge.

No trecho final, ao mencionar que outros torcedores *“receberam penas de prisão por crime de ódio e ofensa racista, mas tiveram essas penas suspensas”*, o discurso retoma a lógica da atenuação. A conjunção *“mas”* funciona como operador discursivo de neutralização, pois suaviza a gravidade do crime ao enfatizar a suspensão da pena. Ainda que o léxico *“ofensa racista”* apareça explicitamente, sua força é minimizada pela sequência enunciativa que reafirma a suficiência das sanções administrativas.

Por fim, esse conflito de interpretações não se desenrola apenas na linguagem, mas também sob a lei. O fato de os agressores terem sido rotulados, sentenciados e até punidos, mesmo que com penas leves revela a operação como um aparelho ideológico de modo que a resposta institucional é determinada muito mais pela pressão social e atenção da mídia neste ponto do que por uma ruptura genuína com a cultura que permite que tudo isso aconteça.

Além disso, o tratamento dado à punição dos agressores revela como os discursos podem naturalizar soluções simbólicas, apagando dimensões históricas e ideológicas, sendo necessário observar que o caso se desenrola entre países distintos, o de origem do jogador e o local onde ocorreu o crime e que a solução judicial adotada no país estrangeiro se apresenta bastante branda quando comparada aos padrões brasileiros. No entanto, esse aspecto não é tematizado pelo texto jornalístico, pois a narrativa transmite uma aceitação passiva da resolução, reforçando a impressão de que a justiça foi cumprida de forma suficiente.

Ademais, a forma como a retratação e o pedido de desculpas dos agressores são relatados mobiliza interdiscursos familiares e cotidianos, aproximando a situação de uma ‘briga de crianças’ em que a simples desculpa encerraria o conflito. Essa narrativa desresponsabiliza os criminosos e dilui a gravidade do ataque racial, transformando um episódio de violência estrutural em um acontecimento aparentemente solucionado de forma comum, reforçando efeitos de apagamento ideológico, ao inscrever a punição em categorias socialmente neutras e culturalmente domesticadas.

Aqui o racismo é "condenado", não desmantelado. Nesse viés, portanto, o caso de Vini Jr., nos permite ver, em detalhes vívidos, como os discursos se cruzam, como os significados se fixam e mudam, como o sujeito é produzido sempre na encruzilhada da ideologia, memória e materialidade, sendo “o discurso dominante que impõe o que pode ou não ser dito. Ele determina os não-ditos e silencia o que perturba a ordem simbólica” (Pêcheux, 1997, p. 56).

Essa análise, porém, não se esgota na cobertura da *Folha*: a investigação exige confrontar outras instâncias midiáticas e discursivas, permitindo compreender como diferentes formações discursivas mobilizam narrativas, apagamentos e visibilizações na construção social do racismo.

Dessa forma, a partir da tabela abaixo, observa-se que os discursos analisados articulam visibilização e apagamento de forma simultânea, permitindo compreender como o racismo é nomeado sem, necessariamente, ser desestruturado.

Figura 11 - Tabela de materialidade 1 – Notícia 4

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação
Violência simbólica contra Vinícius Jr.	Boneco enforcado com a camisa do jogador	-	V4	Materialidade imagética que atualiza memória colonial do enforcamento de corpos negros	Ativação de memória discursiva racial
Identificação dos agressores (implícito)	“o Ministério Público identificou que os responsáveis ... eram integrantes do grupo	-	V3	Nomeação institucional; voz de autoridade jurídica que legitima o enunciado	Visibilização institucional controlada

	Frente Atlético”				
Identificação dos agressores	“19, 21, 23 e 24 anos”	A2	--	Enumeração etária sem marcas sociais, ideológicas ou raciais	Neutralização biográfica dos agentes
Lugar discursivo da vítima	“depôs a respeito do ocorrido”; “temeroso em relação à própria segurança”	A4	V1	Enunciação da vítima restrita ao campo emocional e individual	Visibilização afetiva regulada
Lugar discursivo da vítima	“Foi um dia muito triste para mim”; “não sabia se eu e minha família estávamos em perigo”	A4	-	Léxico que individualiza a experiência do racismo	Individualização da violência racial
Reconfiguração narrativa do acontecimento	Introdução do documentário “Baila, Vini”	A3	-	Deslocamento para narrativa de superação e sucesso midiático	Reconciliação simbólica meritocrática
Representação política do jogador	“acabou se tornando um símbolo, um porta-voz da luta antirracista”	A2	V2	Personalização da luta; deslocamento da responsabilidade estrutural para o indivíduo	Heroização individual da resistência
Encerramento institucional do conflito	“receberam penas de prisão... mas tiveram essas penas suspensas”	A4	-	Conjunção adversativa “mas” como operador de atenuação	Neutralização jurídico-administrativa
Resolução do acontecimento	Racismo tratado como crime condenado, mas administrável	A5	-	Ausência de conexão com estrutura histórica e social do racismo	Não historização

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Figura 12 – Mídia NINJA “NÃO PASSARÃO – CASO VINI JR.”



Fonte: Instagram – página Mídia NINJA, 2025

A postagem publicada pela Mídia NINJA, vinculada à Ninja Esporte Clube, se constitui como um gesto discursivo decisivo e significativo ao inscrever o acontecimento no campo esportivo sem neutralizá-lo, rompendo com uma leitura que trataria do racismo como um desvio externo do mundo futebolístico ou como um problema restrito à ordem jurídica.

A escolha dessa página específica não é acidental: ao circular em um espaço dedicado ao esporte, o episódio deixa de ser tratado como excepcional e passa a interpelar o próprio imaginário esportivo, historicamente sustentado por discursos de espetáculo e suposta igualdade. Nesse enquadramento, o esporte não aparece como cenário passivo da violência racial, mas como um de seus espaços de produção e repetição, isto é, uma condição material de possibilidade do racismo.

A manchete “*Justiça da Espanha condena 4 pessoas por pendurarem um boneco enforcado com a blusa de Vini Jr*” organiza o acontecimento por meio de um léxico que produz tensões. O verbo “*condena*”, empregado no presente do indicativo, projeta um efeito de atualidade e uma sensação de resposta institucional suficiente, produzindo a ideia de que conflito foi resolvido pela instância jurídica.

Esse efeito é reforçado pela ausência de verbos que indiquem continuidade ou repetição. Não se diz que o racismo “persiste”, “se reproduz” ou “atravessa” o futebol europeu. O silêncio desses verbos não opera como simples economia linguística, mas como um deslocamento semântico que o empurra para o plano do acontecimento pontual, apresentando-o como algo corrigível.

Entretanto, diferentemente do que acontece no discurso institucional-midiático, esse efeito não se estabiliza no sentido dominante. Ele entra no embate com outros elementos da materialidade que reabrem o acontecimento no campo da memória e do político. Percebemos que a formulação “*Justiça da Espanha*” funciona como um sujeito homogêneo que produz efeito de universalidade e consenso, apagando disputas internas e contradições históricas do enfrentamento racial. Ainda assim, esse efeito não se esgota em si mesmo: ele passa a operar como um ponto de tensão e não como um fechamento de cláusula definitiva.

Esse movimento é observado na nomeação dos agressores como “*4 pessoas*”. O uso do numeral seguido de um substantivo genérico dissolve marcas sociais. Não há adjetivação, pertencimento ou historização. A racialidade aparece, de forma momentânea, como ato sem sujeito socialmente marcado. Contudo, diferente da mídia tradicional, esse apagamento não produz naturalização plena, uma vez que é imediatamente confrontado por uma textualidade imagética e simbólica que reinscreve o acontecimento em uma memória amplificada.

Em contraste com a abstração dos agressores, o nome “Vini Jr.” aparece como eixo de condensação dos sentidos. O jogador é nomeado, individualizado e visualmente centralizado, produzindo um efeito de hipervisibilização de traços racializados, ou seja, a violência se ancora nele: na blusa que o representa, no boneco que o simboliza, na imagem que o interpela. Essa assimetria entre a vítima plenamente identificável e autores diluídos não opera aqui como naturalização, mas numa tentativa de expor a lógica histórica recorrente, na qual o corpo negro sustenta o peso simbólico da violência, enquanto os agentes do racismo permanecem discursivamente protegidos.

A memória discursiva sustenta o acontecimento ao impedir que a sua leitura seja feita de maneira isolada, ao observarmos que o “boneco enforcado” ativa a história de violência contra corpos negros, ligada à prática de linchamento, punição e eliminação. Não se trata de objeto neutro, mas de um evento discursivo que só significa porque se ancora em dizeres anteriores estabilizados.

Nesse sentido, para Orlandi (2017), os sentidos não estão somente nas palavras, mas, sobretudo, nas condições históricas que permitem que elas signifiquem, o que explica por que o enforcamento, enquanto forma simbólica, produz efeitos de sentido tão densos no interior dessa materialidade. Ainda que outros episódios não sejam publicizados, é acionada uma cadeia interdiscursiva que inclui jogadores negros chamados de “macacos”, ou bananas arremessadas em campos e gestos musicas reproduzidos nas arquibancadas europeias.¹¹

Nesse sentido, o episódio não se apresenta como ruptura, mas como atualização de uma violência reiterada. A condenação tenta operar no registro da excepcionalidade, enquanto a memória insiste na repetição. Nesse descompasso, o sentido se produz: o racismo aparece punido, mas não superado, uma vez que a materialidade discursiva reinscreve o acontecimento em uma história longa de violência racial no esporte.

Outro elemento que desloca o foco da instituição para o indivíduo e reforça a personalização da violência é a expressão “*blusa de Vini jr.*,” em vez de ‘camisa do Real Madrid’. O ataque ao jogador não se dirige ao clube ou ao campeonato, mas ao corpo singularizado do jogador. Esse detalhe lexical nos mostra o efeito de perseguição individual, mesmo quando o acontecimento se inscreve em uma lógica que estrutura o racismo.

Pelo viés ativista, a Mídia NINJA opta pelo enquadramento do rosto do jogador, com a expressão séria e olhar lateralizado, produzindo um efeito de interpelação. Não se trata de uma imagem de celebração esportiva, mas de resistência contida. O corpo de Vini Jr. não aparece como objeto de piedade, mas como sujeito que sustenta a sua própria memória de acontecimento. Esse movimento tensiona o efeito de encerramento produzido pelo verbo “*condena*”, reinscrevendo o crime como algo que não se esgota na sentença jurídica.

Essa reabertura se intensifica pela interdiscursividade ao inscrever a frase “*NÃO PASSARÃO*”¹², enunciado atravessado por um repertório histórico de resistência.

¹¹ Além dos episódios mais conhecidos de insultos racistas, a história do futebol registra numerosas manifestações de racismo estrutural e práticas discriminatórias em diferentes momentos e espaços. No Brasil, por exemplo, ainda que a participação de atletas negros já seja consolidada, relatos de xingamentos racistas dirigidos a jogadores como o goleiro Aranha, chamado de “macaco” por torcedores durante a Copa do Brasil de 2014, evidenciam a continuidade desses comportamentos. Sobre esses episódios e a continuidade das práticas racistas no futebol, ver: *BNews – Novembro Negro: Racismo ainda é muito presente no futebol, mas deixou de passar impune* (disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/esporte/331120-bnews-novembro-negro-racismo-ainda-e-muito-presente-no-futebol-mas-deixou-de-passar-impune.html>. Acesso em: 29 ago. 2025

¹² A expressão “Não passarão” tem origem em contextos históricos de resistência política, sendo associada inicialmente à Primeira Guerra Mundial e, posteriormente, à Guerra Civil Espanhola (1936–1939), quando

Linguisticamente, tal enunciação convoca uma memória coletiva e reconfigura o sujeito agredido como portador de direitos, rompendo definitivamente com a lógica da neutralidade informativa. Não se trata, portanto, de celebrar a condenação, mas de visualizar que a resposta jurídica não esgota o conflito racial que estrutura o esporte contemporâneo. É nesse funcionamento que compreendemos o que Orlandi (2012) denomina como a materialidade do enunciado, na qual texto, imagem e contexto social se articulam para produzir sentidos que atravessam a dimensão meramente informativa e alcançam o campo ideológico.

Desse modo, a Mídia Ninja não atenua o racismo, tampouco o neutraliza. Ela faz operar um gesto discursivo de tensão: expõe os limites da resposta institucional ao mesmo tempo em que reinscreve o acontecimento em uma memória longa de violência racial. O racismo aparece punido, mas não encerrado; visibilizado, mas ainda sustentado por silêncios que protegem seus agentes. É nesse confronto entre as formações jurídicas e militantes que a materialidade produz seu efeito mais contundente: expor os limites da resposta institucional e manter aberto o conflito que atravessa o esporte e os corpos negros que nele circulam.

Abaixo, sistematiza em tabela, podemos observar como a página organiza os indicadores pesquisados:

Figura 13 - Tabela de materialidade 1 – Notícia 5

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Funcionamento discursivo
Manchete da postagem	“Justiça da Espanha condena 4 pessoas por pendurarem um boneco enforcado com a blusa de Vini Jr.”	A2, A5	V3, V1	Verbo “condena”; numeral “4”; construção institucional “Justiça da Espanha”	Visibilização do acontecimento; diluição da responsabilidade - equilíbrio tenso entre denúncia e institucionalização
Designação dos agressores	“4 pessoas”	A2	-	Numeral e substantivo genérico	Apagamento dos marcadores sociais e ideológicos

se consolidou como palavra de ordem antifascista. Ao longo do século XX, passou a funcionar como marcador discursivo de enfrentamento coletivo a formas de opressão e violência. Ver mais: *Origens históricas do termo “Não passarão”*, Acervo do Conhecimento Histórico, disponível em: <https://achistorico.blogspot.com/2017/09/origens-historicas-do-termo-nao-passarao.html>. Acesso em: 29 ago. 2025.

Nomeação da vítima	“Vini Jr.”	-	V3	Nome próprio do jogador	Nomeação direta do jogador e centralidade ao sujeito atingido pela violência
Objeto da violência	“boneco enforcado com a blusa de Vini Jr.”	-	V1, V4	Sintagma nominal imagético	Atualização da memória histórica
Elemento imagético	Fotografia de Vini Jr. com expressão séria	-	V2, V3	Enquadramento facial; expressão séria	Efeito de interpelação do leitor; deslocamento da posição de objeto da violência para a de sujeito político
Enunciado o militante	“NÃO PASSARÃO”	-	V2, V4	Enunciado imperativo de resistência	Rompimento com a neutralidade jornalística; mobilização da memória discursiva de resistência.

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

4.2 Análise do evento discursivo 2

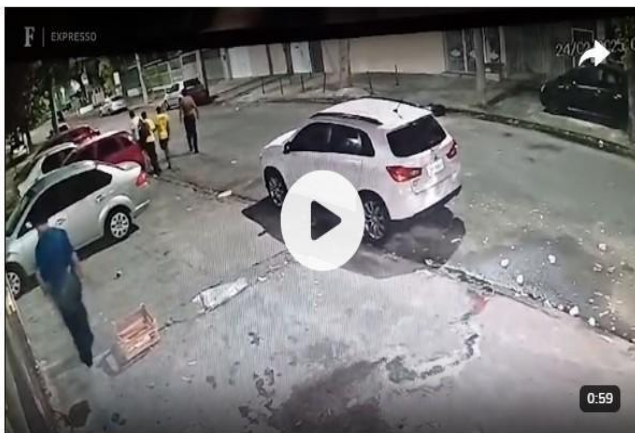
Figura 14 – Notícia 6 – Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO

Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio, diz família

Igor Melo de Carvalho, internado em estado grave, estava em moto de aplicativo quando foi atingido; para juíza, indícios apontam inocência dele e de condutor

F DÊ UM CONTEÚDO



25.fev.2025 às 11h26
Atualizado: 25.fev.2025 às 20h24

Bruna Fantti

RIO DE JANEIRO O estudante Igor Melo de Carvalho, 32, que tem um canal

notícias da folha no seu email

Edição IMPRESSA

Fontes: Folha de S. Paulo, 2025

A notícia analisada foi publicada no dia 25 de fevereiro de 2025, no espaço eletrônico da Folha de S. Paulo. O enunciador, o próprio jornal, na autoria de Bruna Fantti, ocupa uma posição de autoridade discursiva, ancorada na ideia da objetividade e neutralidade jornalística. No entanto, como propõe a AD, tal neutralidade não se apresenta como dado, mas como efeito, produzido por escolhas linguísticas e silenciamentos que organizam os sentidos do acontecimento. É nesse funcionamento que o discurso jornalístico constrói os sujeitos e hierarquiza responsabilidades, ainda que sob a aparência de um relato informativo.

A manchete inicia com a chamada “Universitário negro é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio, diz família”. A escolha de adjetivar a vítima com o léxico “universitário” não é isenta de culpa. O discurso da universidade e do negro rompe com

a historicidade predominantemente dominante: manter a branquitude como um padrão aceitável e a negritude em suspeição implícita. Esse deslizamento mencionado no título, colabora para uma projeção de sentidos considerados como “erro policial” e/ou “tragédia ocasional”.

A nomeação da vítima como “*universitário negro*” constitui um gesto de visibilização que opera de modo ambíguo. Ao articular escolaridade e raça, o enunciado rompe parcialmente com a memória discursiva que associa o jovem negro à criminalidade, produzindo um efeito de humanização. Contudo, essa humanização não se efetiva de forma plena, pois depende da inscrição do sujeito em um atributo socialmente valorizado. Nesse sentido, o léxico “*universitário*” funciona como operador de legitimidade, sugerindo que a violência sofrida ganha relevância justamente por atingir um corpo negro que escapa ao estereótipo do “suspeito”.

Essa lógica se ancora em uma memória social mais ampla que associa a suspeição ao corpo negro. Conforme aponta Barros (2006), na percepção policial o suspeito é predominantemente jovem, masculino e negro, sendo a cor da pele um fator central na definição de quem deve ser abordado. Tal funcionamento mostra que a visibilização da vítima é condicionada: o racismo não é nomeado, e o corpo negro só se torna plenamente reconhecível como vítima quando acompanhado de um marcador de respeitabilidade. A notícia, assim, não questiona a lógica racial que estrutura a suspeição, mas a contorna ao produzir um efeito de exceção: este jovem não deveria ter sido baleado porque é universitário.

Na sequência, observa-se o uso do sintagma “*é baleado por PM*”, introduzindo um agente de violência, mas em um formato reduzido à sigla institucional. Essa nomeação desloca o foco do sujeito particularizado para a corporação, produzindo um efeito de sentido de institucionalização da ação. Ao mesmo tempo, a ausência de informações do agente na chamada da notícia contribui para um apagamento da autoria concreta, ainda que o ato violento seja explicitado.

Esse funcionamento se aprofunda no trecho “*após ser acusado de assalto*”. A construção passiva elimina o acusado, suspendendo questões fundamentais como quem acusa e em quais circunstâncias. Tal apagamento sintático produz um efeito de naturalização da acusação, apresentada como um dado prévio e incontestável. Nesse ponto, a memória discursiva opera de forma silenciosa: jovens negros são historicamente significados como suspeitos, de modo que a acusação dispensa atribuição explícita para se tornar validada.

Essa escolha lexical desvia o foco policial e projeta a acusação como um fato anterior que passa a organizar a compressão do acontecimento. No espaço da Folha, não importa a veracidade da acusação, pois a sua significação se sustenta na memória que antecede. Assim, o enunciado atualiza uma cadeia discursiva recorrente, em estrutura de repetição já conhecida por nós: jovem negro é confundido. É suspeito; é abordado; é morto. Esse funcionamento integra um dispositivo de violência que se atualiza diariamente no discurso, formando uma teia naturalizada de tantas mortes negras. Podemos pensar que essas atitudes são comuns, ao passo que se:

Um jovem negro e pobre andando a pé em um bairro de classe média é visto pela polícia como provável assaltante ou traficante, tornando-se candidato a uma abordagem mais violenta, enquanto um jovem branco com aparência de classe média, em um carro, dentro ou próximo de uma favela, é visto como possível usuário de drogas e tornar-se candidato à extorsão (Ramos e Masumeci, 2005, p. 78).

Além disso, é possível observar a inserção da frase “*diz família*” funcionando como marcador de distanciamento enunciativo. Ao atribuir a informação à família, a manchete desloca o acontecimento para o campo da versão, instaurando uma hierarquia de credibilidade desde o título. A violência narrada não é apresentada como fato consolidado, mas como relato situado, ainda passível de contestação. Esse gesto antecipa uma assimetria discursiva entre a voz da vítima e a voz institucional, que atravessa historicamente o discurso jornalístico sobre violência policial.

Abaixo do título, “*Igor Melo de Carvalho, internado em estado grave, estava em moto de aplicativo quando foi atingido*”, estrutura informações que compõem a imagem do sujeito que sofre a ação. O recorte das características, sendo primeiro o nome, depois a condição que ele se encontra e o que faz, reconstrói a vítima, legitimado pelo seu corpo, naquele espaço. Notamos que o subtítulo não diz que Igor foi baleado injustamente, o foco se desloca para a ideia de que o rapaz “*estava numa moto de aplicativo*”, como se o detalhe do transporte utilizado por ele servisse como elemento de defesa para o crime; quem sabe uma prova de inocência.

Essas escolhas enunciativas, que organizam a produção de sentidos do acontecimento na notícia, permitem a identificação de funcionamentos discursivos que serão sistematizados a seguir na tabela:

Figura 15 - Tabela de materialidade 2 – Notícia 6

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de	Indicadores de	Marcas linguísticas observadas	Classificação

		Apagamento (A)	Visibilização (V)		
Violência policial contra jovem negro	“Universitário negro é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio, diz família”	A1, A2, A4	V1	Adjetivação “universitário negro”; sigla institucional; construção passiva “após ser acusado”; marcador de distanciamento “diz família”	Visibilização condicionada da vítima com atenuação
Legitimação seletiva da vítima	“Universitário negro”	A4	V1	Associação entre raça e escolaridade; operador de respeitabilidade e (“universitário”) como condição de reconhecimento da violência	Humanização dependente de marcador socialmente valorizado
Institucionalização da autoria da violência	“é baleado por PM”	A2	-	Uso de sigla institucional; ausência de nomeação do agente; foco na corporação e não no sujeito da ação	Apagamento da autoria individual
Naturalização da suspeição racial	“após ser acusado de assalto”	A1, A4	-	Construção passiva sem agente da acusação; pressuposição de culpa; ativação de memória discursiva do jovem negro como suspeito	Apagamento das condições de produção da acusação e naturalização da suspeita racial
Hierarquização das vozes	“diz família”	A5	-	Atribuição da informação a fonte não institucional; distanciamento enunciativo	Deslegitimação preventiva da denúncia da violência
Construção da vítima legitimada	“Igor Melo de Carvalho, internado em estado grave, estava em	A4	V1	Nome próprio; destaque ao estado clínico; menção à atividade lícita (“moto de	Produção de inocência por detalhamento biográfico e apagamento

	moto de aplicativo quando foi atingido”			aplicativo”); ausência de adjetivação valorativa do agente	da injustiça estrutural
--	---	--	--	--	-------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Figura 16 – Notícia 7 – Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de Janeiro

25.fev.2025 às 11h26
Atualizado: 25.fev.2025 às 20h24

Bruna Fantti

EDIÇÃO IMPRESSA

Ouvir o texto A- A+

RIO DE JANEIRO O estudante Igor Melo de Carvalho, 32, que tem um canal na internet sobre o [Botafogo](#), foi baleado na madrugada de segunda-feira (24) no viaduto João 23, na Penha, zona norte do [Rio de Janeiro](#), quando estava na garupa de uma moto de aplicativo.

O autor do disparo é o policial militar reformado Carlos Alberto de Jesus, 61, que teria atirado após sua esposa afirmar que um dos ocupantes da moto seria o responsável por um assalto que ela havia sofrido, de acordo com policiais civis que apuram o caso.

Famíliares de Igor afirmam que ele está sendo acusado de um assalto que não cometeu. Com perfuração no rim e baço, seu estado de saúde é grave, segundo a assessoria do Hospital Estadual Getúlio Vargas, onde ele está internado.



Igor Melo foi baleado por policial militar reformado - Arquivo pessoal/Arquivo pessoal

Fonte: Folha de S. Paulo, 2025

No primeiro parágrafo, podemos observar que há uma qualificação quanto ao perfil de Igor, usando o substantivo “*estudante*” e produtor de conteúdo esportivo, numa tentativa de afastar o estereótipo da criminalidade. Esse jogo discursivo não é acidente, ele legitima a inocência do jovem apelando a elementos que sustentam e atestam a “sociabilidade”, neste caso, a idade, a formação acadêmica, o trabalho e o interesse pelo time Botafogo.

Esse mecanismo desenvolve uma estrutura de um apagamento do léxico racial: em nenhum momento da apresentação inicial o sujeito é situado em uma posição racializada, embora o evento - um homem negro baleado por um ex-policial a partir de uma suposição criminal - convoque uma memória discursiva na sociedade brasileira.

Para a AD, esse jogo discursivo diferencia-o a outros possíveis suspeitos mediante as características mencionadas anteriormente. O sujeito é ancorado a um valor positivo, uma imagem de esforço, disciplina, pertencimento ao mundo formal da educação. Em termos discursivos, há aqui uma operação de distinção: Igor é diferenciado de outros possíveis ‘suspeitos’, justamente por possuir esse capital simbólico.

Ao informar que Igor “*foi baleado na madrugada de segunda-feira (24) no viaduto João 23, na Penha, zona norte do Rio de Janeiro*”, o texto aciona um funcionamento discursivo que ultrapassa a função referencial geográfico, pois a espacialização do fato opera como marcador ideológico, mobilizando uma memória urbana amplamente sedimentada no jornalismo hegemônico, na qual a zona norte do Rio de Janeiro aparece reiteradamente associada a criminalidade, produzindo sentidos de suspeição que recaem sobre o corpo que ali circula.

Esse gesto produz um movimento racial pelo espaço: sem nomear raça, o discurso ativa uma cadeia de sentidos que faz do território uma metonímia do corpo negro, reinscrevendo a suspeição como evidência antecipada. Trata-se de um funcionamento interdiscursivo, no qual o dizer se ancora em outros dizeres já estabilizados (manchetes, narrativas policiais, estatísticas midiáticas) que naturalizam a associação entre determinados espaços urbanos e práticas criminais.

Ainda no parágrafo, quando noticiado que ele “*estava na garupa de uma moto de aplicativo*” revela sentidos ao especificar que ele estava sendo transportado, ou seja, não agia, não dirigia, tampouco fugia. Esse detalhamento é necessário pois cria uma ruptura no imaginário social entre moto e crime, traços fortes nas práticas policiais, pois “necessariamente determinado por sua exterioridade, todo discurso remete a um outro discurso, presente nele por sua ausência necessária” (Orlandi, 2020, p. 30). De maneira implícita, tensiona o dizer a “*ele não estava em atitude suspeita*”, entretanto, ao fazer isso, ativa a memória histórica consolidada que, corpos negros, em motos, são, à princípio, suspeitos.

No segundo parágrafo, somos apresentados ao autor do disparo que “*é o policial militar reformado Carlos Alberto de Jesus, 61, que teria atirado após sua esposa afirmar que um dos ocupantes da moto seria o responsável por um assalto que ela havia sofrido,*

de acordo com policiais civis que apuram o caso” mobiliza estratégias que legitimam a violência pela voz da autoridade. O uso dos modalizadores “*teria*” e “*seria*” produz efeito de suspensão da responsabilidade, deslocando o gesto violento do campo da decisão para a eventualidade.

Além disso, a ação não aparece como escolha consciente de um agente armado, mas como reação condicionada por enunciados prévios, atribuídos a terceiros. Esse deslocamento funciona como atenuação discursiva: o disparo deixa de ser apresentado como ato violento autônomo e passa a ser enquadrado como resposta quase automática a uma situação de ameaça supostamente preexistente, ainda que não comprovada.

Há ainda, um movimento linguístico que poderia justificar a ação no contexto do jornal Folha de S. Paulo: “*após a esposa do policial afirmar que um dos ocupantes da moto seria o responsável por um assalto*”, o que observamos é uma dupla operação que por um lado atribui a culpa ao policial, mas de forma concomitante, transfere a responsabilização para a sua esposa. Entretanto, a reação dele é marcada por um modalizador específico: “*seria o responsável*”. Mais uma vez, temos a suspensão da certeza. O discurso se isenta com a veracidade da acusação, tampouco a recusa. Apenas reproduz, atribuindo-a a uma fala da esposa e, por fim, à voz dos “*policiais civis que apuram o caso*”.

Nesse sentido, essa cautela discursiva se opõe ao tratamento frequente dado a sujeitos negros suspeitos ou acusados de crimes, de forma específica em locais periféricos. É comum olharmos, mesmo sem provas, em casos concluídos ou em andamentos que esses sujeitos sejam nomeados por outros discursos, ‘homem suspeito de assalto é morto em confronto’, por exemplo, mas aqui na notícia, mesmo com a materialidade do caso, o dizer é sustentado por uma ideologia que se ancora em verbos condicionais e justificativas pessoais.

Esse efeito de suavização discursiva é intensificado pela nomeação do “*policial militar reformado*”, que aciona uma memória associada à ordem, à legalidade e à proteção social. Mesmo fora da ativa, o vínculo com a instituição policial funciona como operador de legitimidade simbólica, produzindo um efeito de confiança. Nesse enquadramento, a violência tende a ser interpretada como possível ‘excesso’ ou ‘erro’ e não como expressão de uma formação discursiva histórica marcada pelo controle e extermínio de corpos negros.

No último fragmento do excerto, é apontado que “*familiares de Igor afirmam que ele está sendo acusado de um crime que não cometeu*”, esse deslocamento colabora para

a preservação do texto jornalístico numa suposta neutralidade, pois as vozes dos parentes do sujeito vítima não são tratadas como evidentes; e sim, como versões, reduzindo o valor de verdade no enunciado e colocando o dizer num plano subjetivo emocional.

Esse funcionamento produz um efeito de assimetria enunciativa: enquanto a acusação inicial se ancora em vozes institucionalizadas mediadas pela modalização, a defesa surge fragilizada, dependente de credibilidade externa. O racismo estrutural se manifesta precisamente nesse desnível de legitimidade discursiva, em que a palavra de sujeitos racializados e de seus familiares precisa ser constantemente provada, confirmada ou autorizada por instâncias de poder. Assim, mesmo quando há visibilização da injustiça, ela se dá de forma parcial e controlada, funcionando mais como contraponto narrativo do que como ruptura efetiva do enquadramento dominante.

No trecho *“com perfuração no rim e o baço, seu estado de saúde é grave”* o deslocamento do acontecimento para o espaço médico-hospitalar opera uma transferência da violência. A agressão deixa de ser significada como prática racializada e passa a ser apresentada como quadro clínico. O corpo de Igor é reduzido a algo ferido, dissociado das condições históricas e sociais que produziram o disparo. Assim, o acontecimento é encerrado no corpo individual e o racismo permanece fora do léxico e do campo do dizível, mesmo quando seus efeitos são materializados no corpo atingido.

Esse jogo lexicas que tendem a silenciar ou amplificar sentidos ao racismo podem ser visualizados abaixo:

Figura 17 - Tabela de materialidade 2 – Notícia 7

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação
Legitimação da vítima por capital simbólico	“estudante e produtor de conteúdo esportivo”	A1, A5	-	Substantivos valorizadores; apagamento da racialidade; construção de respeitabilidade	Visibilização condicionada e apagamento racial
Racialização indireta pelo espaço urbano	“no viaduto João 23, na Penha, zona norte do Rio”	A5	-	Ativação de memória urbana criminalizante	Racialização metonímica do corpo
Neutralização da suspeição pela circunstância	“estava na garupa de uma moto	A1	-	Detalhamento defensivo; ativação implícita do	Apagamento do racismo com memória policial ativada

	de aplicativo”			imaginário moto/crime	
Atenuação da agência policial	“policial militar reformado ... teria atirado”	A2, A4	-	Modalizador “teria”; nomeação institucional; desfocalização do ato	Atenuação da responsabilidade do agente
Naturalização da acusação	“seria o responsável por um assalto”	A2, A4	-	Construção passiva; acusação sem agente definido	Legitimação discursiva da suspeição
Hierarquização das vozes	“familiares de Igor afirmam”	A3	-	Marcador de distanciamento enunciativo; voz não institucional	Fragilização da versão da vítima
Medicalização da violência	“com perfuração no rim e no baço, seu estado é grave”	A1, A5	-	Léxico clínico; deslocamento do político para o corporal	Negação da violência racial

Fonte: Elaborada pela autora, 2026

Figura 18– Notícia 8 – Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de Janeiro

Na tarde desta terça (25), a juíza Rachel Assad da Cunha decidiu pelo relaxamento da prisão dele e do piloto, Thiago Marques de Carvalho.

"Todas as informações indicam que tanto Carlos Alberto quanto Josilene [companheira do policial] teriam confundido os ora custodiados com os supostos autores do crime de roubo, de forma que os indícios de autoria restam totalmente esvaziados", afirmou a magistrada.

Igor tem o canal Informe Botafogo, cursa publicidade e também trabalha como inspetor de faculdade e garçom. Segundo familiares, ele saía de um turno como garçom, na madrugada de segunda (24), quando chamou uma moto por aplicativo.

Fonte: Folha de S. Paulo, 2025

No trecho acima, é publicizado sobre a decisão judicial que determina a anulação da prisão de Igor e do motorista, fundamentada na ausência de provas que vinculasse ao suposto assalto que teria sido a motivação para o disparo feito pelo policial militar

reformado. Num primeiro momento, um gesto de atualização do caso, no entanto, esse enunciado carrega um jogo de significado que atravessa a noção de sujeito e memória.

A formulação da magistrada, “*os indícios de autoria restam totalmente esvaziados*”, aparentemente assume um espaço de justiça; entretanto, ao verificar essa sentença discursiva em seu funcionamento, observa-se que ela não nomeia a vítima e a violência sofrida como efeito de uma luta racista, mas como um erro de identificação.

Esse discurso aciona a instância jurídica como autoridade máxima de encerramento do sentido, em um gesto típico do jornalismo hegemônico: quando a Justiça se pronuncia, o acontecimento é simbolicamente resolvido. Esse movimento produz um efeito de apagamento, pois o reconhecimento do erro jurídico não é acompanhado de qualquer problematização das condições raciais que tornaram esse erro possível.

Além disso, o deslocamento linguístico opera pelo eixo institucional, pois a violência é reconfigurada como confusão, uma vez que “*teriam confundido os ora custodiados com os supostos autores do crime*”. O verbo “*confundir*”, na notícia, funciona como operador de suavização discursiva: o disparo deixa de ser efeito de uma lógica racializada de suspeição e passa a ser enquadrado como equívoco individual e não estrutural. O racismo, mais uma vez, não é nomeado porque o discurso oferece uma explicação suficiente dentro da racionalidade jurídica.

No parágrafo final, o texto passa a apresentar Igor por meio de uma sequência de marcas de normalização: “*tem um canal*”, “*curso publicidade*”, “*trabalha como inspetor de faculdade e garçom*”. Esse movimento constitui uma forma de visibilização pois o reinscreve no campo da cidadania legítima, afastando-a da figura do suspeito. O detalhamento biográfico funciona como estratégia de reparação simbólica, comum quando a narrativa acusatória já não se sustenta.

No entanto, essa visibilização é condicionada: Igor só se torna plenamente inteligível como vítima quando é apresentado como trabalhador, estudante e produtor de conteúdo. O efeito é ambíguo: ao mesmo tempo em que corrige a narrativa inicial, reafirma uma lógica meritocrática de reconhecimento, segundo a qual certos corpos negros precisam ser discursivamente ‘qualificados’ para que a violência sofrida seja percebida como injusta.

Assim, o racismo estrutural permanece operando por exclusão: não se discute por que corpos negros são alvos preferenciais da suspeita, apenas se demonstra que, neste caso específico, ‘não deveria ter sido’. Abaixo, o quadro sistematiza os operadores argumentativos que funcionam no excerto analisado:

Figura 19 - Tabela de materialidade 2 – Notícia 8

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação
Anulação da prisão de Igor e do motorista	“os indícios de autoria restam totalmente esvaziados”	A1, A5	-	Léxico jurídico abstrato; apagamento da nomeação da vítima; centralidade da instância judicial como fechamento do sentido	Apagamento da dimensão racial do acontecimento por enquadramento jurídico
Reconfiguração da violência como erro	“teriam confundido os ora custodiados com os supostos autores do crime”	A2, A4	-	Uso de modalizador (“teriam”); verbo “confundir” como operador de suavização; deslocamento da violência para o campo do equívoco	Atenuação da responsabilidade e e despolitização da violência
Reapresentação biográfica de Igor	“tem um canal”, “curso publicidade”, “trabalha como inspetor de faculdade e garçom”	-	V2	Enumeração de atributos sociais positivos	Visibilização condicionada por marcadores de respeitabilidade

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Figura 20 – Notícia 9 - Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de Janeiro

No trajeto, um veículo passou a seguir a motocicleta. Minutos depois, ele disse a familiares que ouviu disparos e caiu da moto. Ferido, conseguiu ligar para colegas de trabalho, que o levaram ao hospital.

"Ele quer ser jornalista esportivo, trabalha como inspetor da faculdade e complementa a renda como garçom e ambulante no Carnaval. O que fizeram com meu marido é racismo, é uma injustiça, a bala sempre atinge um corpo preto", disse a mulher de Igor, Marina Moura.

Ela cedeu imagens que mostram o momento em que ele embarca na moto por volta da 1h30.

Carlos Alberto de Jesus afirmou à polícia que fez dois disparos após um dos ocupantes da moto sacar uma arma de fogo. Em seu depoimento, ao qual a **Folha** teve acesso, o policial disse que "por volta das 23h00, deixou sua companheira na Rua Irani e saiu para comprar pizza". Ao retornar, a mulher teria afirmado que assaltantes tinham levado o seu telefone celular.

O agente disse, então, que pegou seu carro e, na companhia da sua mulher, foi procurar os assaltantes. Em determinado momento, encontrou os dois homens passando em uma moto, que teriam sido identificados pela mulher.

Na sua versão, o homem disse que abordou a dupla e se identificou como policial. Em seguida, "ao perceber que o nacional da garupa, de camisa amarela, sacou uma arma de fogo, efetuou dois disparos", diz trecho do documento.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo, 2025

O fragmento que dá início a este excerto, “*No trajeto, um veículo passou a seguir a motocicleta*” inaugura o acontecimento por meio de uma construção sem sujeito determinado. O verbo “*passou a seguir*” é central: trata-se de um processo gradual, quase neutro, que descreve a perseguição sem nomear quem o fez. Não se diz quem segue, nem por que segue. Esse apagamento inicial já constitui um gesto discursivo de atenuação da responsabilidade, pois a violência começa a ser narrada como movimento difuso, não como ação pensada.

Em sequência “*minutos depois, ele disse a familiares que ouviu disparos e caiu da moto*” mantém esse funcionamento discursivo. Ao se utilizar o verbo “*ouviu*”, a cena é transferida para a percepção sensorial e “*caiu*” aparece como consequência

possivelmente natural, não diretamente ligada ao policial aposentado que atira. O disparo surge da mesma forma que o racismo é tratado na reportagem: silencioso.

A fala da esposa da vítima - Marina -, rompe com a economia do silêncio que domina o texto: “*ele quer ser jornalista esportivo, trabalha como inspetor da faculdade e complementa a renda como garçom e ambulante no carnaval*”, o uso do modalizador “*quer*” inscreve Igor como um sujeito de futuro, não apenas o humanizando, mas ativando uma construção identitária de um sujeito esforçado e produtivo. Nesse sentido, vemos que o discurso é “o texto [...] uma peça de linguagem, uma peça que representa uma unidade significativa” (Orlandi, 2020, p. 53). Aqui, há também, um jogo quanto à multiplicidade humana, por vezes, aparecendo como um reforço à integridade, expondo a precariedade e a sobrecarga que atravessam os corpos negros e pobres.

Ainda na fala da esposa, podemos analisar o discurso sobre “*o que fizeram com meu marido é racismo, é uma injustiça, a bala sempre atinge um corpo preto*”, que abandona a modalização de dúvida ou suposição, pois, ela não diz que “parece”, “talvez”, “poderia”, Marina afirma que “é”, categorizando com certeza. O uso desse verbo rompe com a formação discursiva do senso comum que silencia ou tende a relativizar o racismo, assumindo pelo enunciador uma tomada de posição que descreve o evento e interpreta-o, neste caso, “aboluiu-se, o racismo de segregação, mas não se aboliu o de dominação. O de dominação é esse que se faz por sutilezas” (Sodré, 2019, p. 878). Além disso, ao utilizar a expressão “*a bala*”, Marina convida a pensarmos na regularidade que casos como esses acontecem, tornando o acontecimento em uma dimensão estrutural.

O enunciado da companheira da vítima tensiona um discurso ao modalizar o advérbio “*sempre*”, pois ultrapassa o individual e instaura a memória coletiva, sendo ele simbólico ao tempo que remete a história de negros silenciados, atingidos, não permitindo a leitura ideológica do ocorrido como algo isolado, desestabilizando os discursos cristalizados em torno da imparcialidade jornalística e da neutralidade policial. Entretanto, o discurso dela não é sustentado pela mesma legitimidade atribuída ao discurso da juíza ou do policial, pois, ainda que sua fala seja forte, ela não é institucional. Seu enunciado resiste dentro de uma estrutura que a permite falar, mas não a reconhece como sujeito do saber.

No texto é relatado a versão do policial “*afirmou à polícia que fez dois disparos após um dos ocupantes da moto sacar uma arma*” observa-se uma mudança radical no regime de credibilidade. O verbo “*afirmou*”, associado ao complemento “*à polícia*”,

confere credibilidade institucional à fala. Diferentemente da esposa, que *‘diz’*, o policial *‘afirma’* em depoimento formal.

Além disso, o uso reiterado de marcadores como *“em seu depoimento”*, *“documento”*, *“ao qual a Folha teve acesso”* reforça a autoridade dessa narrativa. Mesmo quando carregada de justificativas frágeis, ela é apresentada como versão legítima. O modalizador *“teria”* reaparece em *“a mulher teria afirmado que assaltantes tinham levado seu telefone”* funcionando como operador clássico de incerteza seletiva. Curiosamente, a dúvida não recai sobre a ação armada do policial, mas sobre a informação que desencadeia a perseguição.

Outro elemento central do funcionamento discursivo é a forma como Igor é nomeado: *“o nacional da garupa, de camisa amarela”*. Essa formulação produz um apagamento do sujeito, que deixa de ser identificado como indivíduo para ser reduzido a uma categoria genérica, um *“nacional”*, um corpo qualquer. Trata-se de um gesto de interseccional de apagamento da personalização que opera pela racialidade silenciada: embora a raça não seja nomeada, o corpo é marcado discursivamente por uma memória social que associa determinados perfis à suspeição. No plano do discurso, ele deixa de ser sujeito de direito e passa a figurar como um tipo, ou ocorrência recorrente.

Nesse sentido, o fragmento é atravessado por uma oposição estruturante: de um lado, a fala marcada pela emoção, pela dor e pela experiência direta da violência, compreendida como testemunho; de outro, a declaração formal, autorizada e registrada, que se impõe como relato legítimo do acontecimento. Esses sentidos não emergem de forma inaugural, mas atualizam uma memória discursiva sobre o corpo negro como alvo preferencial da violência.

Esse jogo assimétrico projeta efeitos de sentidos ao tratamento desigual e de distribuição de credibilidade entre os sujeitos, revelando como as posições discursivas são moldadas pelas formações sociais e raciais que atravessam o jornalismo midiático, sendo sistematizados abaixo:

Figura 21 - Tabela de materialidade 2 – Notícia 9

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação
Início da perseguição	“No trajeto, um veículo passou a seguir a motocicleta”	A1, A2	-	Construção sem sujeito determinado; verbo processual (“passou a seguir”)	Apagamento da autoria da ação violenta

Descrição do disparo	“ouviu disparos e caiu da moto”	A2	-	Ênfase na percepção sensorial; apagamento do agente do tiro; causalidade difusa	Atenuação da violência armada
Testemunho da esposa – perfil de Igor	“ele quer ser jornalista esportivo, trabalha como inspetor da faculdade e complementa a renda como garçom”	-	V2	Léxico do trabalho, estudo e projeto de futuro; modalizador “quer”	Visibilização humanizante condicionada
Nomeação explícita do racismo	“o que fizeram com meu marido é racismo, é uma injustiça, a bala sempre atinge um corpo preto”	-	V1, V4	Verbo (“é”); advérbio de regularidade (“sempre”); nomeação direta do racismo	Visibilização política e estrutural da violência
Deslegitimação do testemunho	Fala da esposa apresentada como versão não institucional	A5	-	Ausência institucional; enquadramento como relato emocional	Hierarquização discursiva das vozes
Versão do policial	“afirmou à polícia que fez dois disparos”	A4	-	Verbo de autoridade (“afirmou”);	Legitimação institucional da narrativa policial
Justificativa da perseguição	“a mulher teria afirmado que assaltantes tinham levado seu telefone”	A3	-	Modalizador “teria”; deslocamento da dúvida para a acusação inicial	Suspensão seletiva da certeza
Nomeação genérica da vítima	“o nacional da garupa, de camisa amarela”	A1, A5	-	Despersonalização; categorização genérica; apagamento do nome	Apagamento do sujeito e racialização silenciada

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Figura 22 – Notícia 10 - Universitário é baleado por PM após ser acusado de assalto no Rio de Janeiro
A arma que o PM aposentado diz ter visto não foi encontrada. A companheira de Carlos Alberto afirmou ter sido assaltada às 23h, horário em que Igor estaria trabalhando, segundo imagens de câmeras de segurança apresentadas pelos advogados do universitário.

A defesa de Igor, a cargo do IDPN (Instituto de Defesa de Pessoas Negras), também apresentou como prova o horário da solicitação da corrida via aplicativo, feita à 1h. Além disso, foram apresentados testemunhos de empregadores. A Promotoria concordou com o pedido de liberdade da defesa.

A CDDHC (Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania), da [Alerj](#) (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro), acompanha o caso.

"É uma vergonha que um trabalhador negro, voltando para casa, seja brutalmente atacado com um tiro nas costas por quem deveria proteger a população. Esse caso escancara o racismo que permeia nossas instituições e demonstra o despreparo de agentes que fazem da cor da pele um critério de suspeição e execução", disse em nota a deputada estadual Dani Monteiro (PSOL), titular da comissão.

Em nota, a [Polícia Civil](#) disse que "o policial militar reformado e a esposa foram ouvidos. O condutor da motocicleta se recusou a prestar depoimento, optando por só se manifestar em juízo".

"Tendo em vista a internação e o estado de saúde do outro homem, ele não pôde ser ouvido naquela oportunidade. Uma equipe da 22ª DP (Penha) vai ao hospital, nesta terça-feira (25), para colher seu depoimento, a fim de apurar o ocorrido, e realiza diligências para buscar imagens de câmeras de segurança", acrescentou.

Fonte: Folha de S. Paulo, 2025

Na sequência final da notícia, o último trecho funciona como uma zona de confrontos discursivos, pois neste espaço, diferentes vozes emergem tensionando as versões apresentadas pelo policial nos fragmentos anteriores. A ausência da arma, como demonstrado no recorte "*a arma que o PM diz ter visto não foi encontrada*" é o primeiro elemento que fragiliza a narrativa: ele "*diz ter visto*", produzindo um efeito incerto ao tempo que preserva o lugar de autoridade do sujeito enunciador. Além disso, o verbo "*dizer*" é frequentemente utilizado nos discursos jornalísticos num jogo de descomprometimento com a veracidade da reportagem.

Ainda no parágrafo, quando o texto afirma que a companheira "*afirmou ter sido assaltada às 23h*", a precisão temporal opera como tentativa de estabilização do relato, ainda que essa temporalidade seja imediatamente tensionada por outra materialidade

discursiva: “*horário em que Igor estaria trabalhando, segundo imagens de câmeras de segurança apresentadas pelos advogados do universitário*”. Aqui, emerge uma disputa de regimes de verdade. De um lado, a fala da esposa do policial, sustentada pela autoridade simbólica da vítima presumida; de outro, provas que precisaram ser mobilizadas para que a palavra do jovem negro adquirisse alguma legitimidade. Esse descompasso evidencia um traço estrutural do racismo institucional: a palavra negra precisa ser comprovada; a palavra branca, apenas dita.

Nessa prática discursiva, quando lidamos com o discurso, levemos em consideração que

Há sempre um certo deslizamento do sentido, há sempre uma margem ainda não encapsulada na linguagem e no sentido, sempre algo relacionado com raça que não permanece não dito, alguém é sempre o lado externo constitutivo, de cuja existência a identidade de raça depende, e que tem como destino certo voltar de sua posição de expelido e abjeto, externo ao campo da significação, para perturbar os sonhos de quem está à vontade do lado de dentro (Hall, 1995, p. 2).

A entrada do IDPN (Instituto de Defesa de Pessoas Negras) no texto desloca parcialmente o acontecimento do campo policial para o campo político, produzindo um gesto de visibilização da racialidade. Ao nomear a instituição e detalhar provas - solicitação da corrida, testemunhos de empregadores -, o texto explicita que a inocência de Igor não é presumida, mas construída defensivamente. A liberdade não decorre da ausência de crime, mas da superprodução de evidências. A Promotoria “*concordou com o pedido de liberdade da defesa*”, formulação que mantém a assimetria: a liberdade aparece como concessão, não como direito violado desde o início.

A fala da deputada Dani Monteiro entra em cena e produz um deslocamento na reportagem: ela deixa de narrar os eventos sob o olhar jurídico e/ou policial e passa a pressionar as estruturas verdadeiramente responsáveis pelo caso. Ao afirmar que, “*é uma vergonha que um trabalhador negro, voltando para casa, seja brutalmente atacado com um tiro nas costas por quem deveria proteger a população*”, mostra uma posição-sujeito moralmente inocente, sendo construída pela expressão “*por quem deveria proteger a população*”, ativando no leitor a tomada de consciência, denunciando a instituição como instância de ameaça à corpos negros.

Esse gesto desestabiliza o imaginário da polícia como garantidora de ordem ou proteção e cria um novo de que existe uma população fragilizada que constantemente sofre pela racialização do seu corpo, pois “é da instância do inconsciente e resulta do modo como somos afetados pela ideologia. (...) os sentidos são determinados pela

maneira como nos inscrevemos na língua e na história e é por isso que significam e não por nossa vontade” (Orlandi, 2017, p. 35).

Monteiro ainda utiliza de léxicos numa cadeia de modalização: “*é uma vergonha*”, “*brutalmente atacado*”, “*por quem deveria proteger*”, “*esse caso escancara*”, “*demonstra o desespero de agentes*”, atuando numa construção marcada por afetos que rompem com a suposta neutralidade. De modo especial, nos chama atenção o léxico “*escancara*”, que atua como forte operador no jogo de sentidos, pois ele não somente revela o que tem sido camuflado, mas é incontestável a existência de um sistema racial que opere dentro das ordens estatais.

No discurso que encerra a fala da deputada do PSOL, a referência ao “*critério de suspeição e execução*”, evidenciamos a articulação do racismo como um dispositivo de poder, mobilizado principalmente como um marcador que autoriza a violência, a morte. A fala da deputada nos propõe um gesto analítico mais profundo ao nos fazer pensar em casos como esses tão recorrentes, primeiro pela autoria de seu discurso e segundo pela legitimação das práticas discursivas, porém, ainda que a sua fala seja real, ela depende de mecanismos estruturais jornalísticos, a depender principalmente do objetivo da reportagem.

Por fim, quando a Polícia Civil afirma que “*o policial militar reformado e a esposa foram ouvidos*”, enquanto o condutor da moto “*se recusou a prestar depoimento*” e Igor “*não pôde ser ouvido*” devido ao seu estado de saúde, o texto reafirma a ausência de equilíbrio discursivo que atravessa todo o acontecimento. Quem dispara é ouvido; quem é atingido, não fala. O corpo negro ferido permanece como objeto de apuração, não como sujeito de enunciação.

Mesmo no encerramento, o discurso institucional se organiza para investigar o ocorrido, não para questionar a lógica que o produziu. O que se produz, portanto, é um dizer atravessado por silêncios constitutivos: o racismo não comparece como palavra, mas se materializa nos modos de nomear, justificar e administrar o acontecimento.

Em consonância à análise, o quadro abaixo sistematiza a discursividade do enunciado:

Figura 23 - Tabela de materialidade 2 – Notícia 10

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação

Fragilização da versão policial	“a arma que o PM diz ter visto não foi encontrada”	A3	-	Verbo “diz”; ausência material da prova; suspensão da certeza	Atenuação da responsabilidade policial
Relato da companhia do policial	“afirmou ter sido assaltada às 23h”	-	V3	Verbo de autoridade (“afirmou”); precisão temporal	Legitimação institucional da narrativa acusatória
Contestação da versão	“horário em que Igor estaria trabalhando, segundo imagens de câmeras”	-	V2	Provas materiais; mediação jurídica (“advogados do universitário”)	Visibilização defensiva e condicionada
Disputa de regimes de verdade	Necessidade de provas para legitimar a palavra de Igor	A5	-	Assimetria entre fala presumida e fala comprovada	Hierarquização racial da credibilidade
Entrada do IDPN	Atuação do Instituto de Defesa de Pessoas Negras	-	V1	Nomeação institucional; politização do caso	Visibilização política da racialidade
Concessão de liberdade	“a Promotoria concordou com o pedido de liberdade da defesa”	A4	-	Léxico jurídico de concessão; ausência de reconhecimento da violência	Naturalização do erro institucional
Fala da deputada Dani Monteiro	“é uma vergonha que um trabalhador negro...”	-	V1, V4	Nomeação explícita da raça; léxico acusatório	Denúncia estrutural do racismo
Crítica à polícia	“por quem deveria proteger a população”	-	V4	Ruptura do imaginário policial; responsabilização institucional	Desestabilização do discurso de ordem
Critério racial	“critério de suspeição e execução”	-	V1	Nomeação direta do dispositivo racial	Visibilização do racismo como estrutura
Encerramento institucional	“o policial e a esposa foram ouvidos”	A2	-	Voz passiva institucional; centralidade da apuração	Centralidade do aparato policial

Silenciament o da vítima	“Igor não pôde ser ouvido”	A1, A5	-	Impossibilidade de fala; corpo como objeto	Apagamento do sujeito vitimado
-----------------------------	----------------------------------	--------	---	--	--------------------------------------

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

Figura 24 – Notícia 11 – Mídia NINJA – “Qual crime cometi?”



Fonte: Mídia NINJA, 2025

O post sobre o universitário Igor, acusado de assalto no Rio de Janeiro foi realizado no dia 10 de março de 2025 na página Mídia Ninja, no Instagram, aproximadamente duas semanas após o ocorrido, na madrugada de 23 de fevereiro deste mesmo ano. Esse gesto de enunciar na mídia alternativa reescreve o caso, agora na ordem do texto televisivo, recuperada a partir da entrevista exibida no Fantástico, sendo filiada pela dinâmica da credibilidade na hegemonia de uma grande emissora.

A escolha da imagem de vítima pela Mídia NINJA não se apresenta como gesto neutro, mas como operação discursiva que reorganiza os modos de visibilização do corpo negro. Diferentemente da imagem utilizada pela Folha de S. Paulo, o gesto-imagético mobilizado pela NINJA constrói um outro regime de visibilidade: Igor aparece

frontalizado, com o olhar direcionado ao leitor, sem marcas explícitas do cenário da violência, produzindo um efeito de interpelação direta.

Esse enquadramento desloca o corpo negro da posição recorrente de objeto da ação policial para a de sujeito que sustenta o dizer. Trata-se de um movimento que atua contra uma memória discursiva estabilizada na mídia hegemônica, na qual corpos negros costumam aparecer capturados por imagens de flagrante ou vigilância. Ao optar por um recorte imagético que enfatiza o rosto e a singularidade do sujeito, a página reinscreve Igor em uma formação discursiva que privilegia a fala, operando uma visibilização que não depende da excepcionalização moral, mas da restituição simbólica do sujeito enquanto portador de discurso e de direitos.

Esse funcionamento se articula de maneira decisiva ao fato de a publicação estar vinculada à página Poderes Pretos, o que inscreve o acontecimento em uma rede interdiscursiva específica, marcada por uma memória coletiva de enfrentamento ao racismo estrutural. Essa filiação não é apenas editorial, mas ideológica: ao circular nesse espaço, o caso do universitário deixa de ser tratado como episódio isolado de violência policial e passa a integrar uma cadeia de dizeres que historiciza a experiência negra no Brasil.

A associação entre a imagem, a legenda e o campo discursivo da página específica produz efeitos de sentido que inscrevem o acontecimento em um espaço discursivo no qual o racismo não é silenciado nem diluído em explicações técnicas ou jurídicas, mas nomeado a partir de seus efeitos materiais sobre corpos negros.

Ao iniciarmos com o gesto analítico, o formato adotado pela página nos leva a pensar em uma ruptura clara entre os modelos tradicionais jornalísticos, neste caso, a diferença entre os espaços da Folha e da postagem na rede Instagram, pois o que vemos não é somente uma prática informativa, mas um movimento engajado, que tensiona o canal ativista como mediador neutro apoiador às vítimas. A racialidade de Igor, aqui, não se camufla, ela é, desde o início, o eixo que filia todo o discurso.

Na chamada da notícia, duas perguntas: “*Qual crime cometi? O crime de ser preto?*” Esse deslocamento fundamenta a imposição textual na publicação, pois demonstra um lugar de fala e seus apontamentos direcionados à organização racial tensionando em um gesto de disparo com arma de fogo. A fala do enunciador, não é diluída tampouco medida, ela é projetada de maneira crua, num formato de denúncia, materializando o discurso pelo sujeito que sofre a ação.

Não é a Mídia NINJA que fala por Igor, ela atua como um dispositivo que reconhece o valor político e social de um testemunho, construindo através de termos como “*estudante de jornalismo e publicidade*”, “*trabalhador*”, “*filho*”, “*companheiro*” uma estratégia que humaniza o sobrevivente. Esse jogo de reconstruir a imagem dele interfere nos efeitos textuais do discurso no texto, pois a partir desse movimento, a página não trata apenas de noticiar sobre o caso de violência, ela restitui à vítima o conceito de sujeito político, histórico e simbólico.

Outro ponto que nos chama atenção é o movimento de apresentação dos demais sujeitos no discurso. O policial aposentado, Carlos Alberto de Jesus, é mencionado no início da reportagem, oferecendo ao usuário a explícita possibilidade de conhecimento do autor do disparo, não havendo um apagamento em sua posição. O texto que estrutura a fala de Igor, reconhece a legitimidade do seu discurso como fio condutor da narrativa, pois, ao invés de iniciar o parágrafo com uma descrição do ocorrido, a página opta em projetar a enunciação de quem historicamente tem a voz silenciada.

Ainda nesse trecho, interessa-nos o fragmento “*foi baleado nas costas por um PM reformado*” e a importância que assume na construção da notícia, pois não recorre a eufemismos ou camuflações. Ao contrário, explicita os papéis de agente e de vítima, nomeando quem atira e quem é atingido. Nessa perspectiva, compreendemos que “sujeito e sentido se constituem a partir de uma forma de existência material, sendo a língua o principal lugar de materialização da ideologia” (Ferreira, 2020, p. 203). Diferentemente das estratégias observadas na Folha, a NINJA evita formulações impessoais como ‘troca de tiros’ ou ‘foi atingido’, que tendem a diluir responsabilidades. Tal escolha produz um rompimento com o discurso jornalístico hegemônico, ao evidenciar a agência do policial e a violência sofrida pelo sujeito.

Ao utilizar desses léxicos que apontam para a violência, não há diluição da responsabilidade do agente policial, o discurso na publicação denuncia de maneira explícita o ocorrido.

A página ao utilizar o léxico “*confundido*” entre as aspas, nos mostra um distanciamento crítico em relação ao comentário: ela atua nesse contexto como um comentário embutido no próprio discurso, sinalizando uma versão dos fatos, este não sendo aceito de forma completa pelo enunciador. Nesse contexto, o que vemos é um jogo de palavras que questiona a veracidade na narrativa, ou seja, ela não naturaliza a versão ou aponta ao erro, ela desestabiliza a justificativa, sugerindo ao leitor o reconhecimento do suspeito atravessado por uma ideologia marcada racialmente.

Dessa forma, o discurso sugere que Igor não teria sido ‘confundido’ apesar de ser negro, mas justamente porque é negro. Nesse jogo discursivo, a nossa memória dialoga com tantas outras situações semelhantes, em que homens negros são frequentemente mortos ou violentados em suspeição, pela aparência ou em confusões.

Ao término da legenda, observamos a fala de Igor: “*Eu só quero começar a ser feliz*”, que surge após a descrição dos acontecimentos traumáticos: o disparo que sofreu, a perda de um rim, a acusação injusta. Esse deslocamento discursivo funciona como estratégia de reconfiguração do foco narrativo: da materialidade da violência sofrida para a interioridade do sujeito, isto é, do acontecimento brutal para a expressão de um projeto de vida, produzindo efeitos de humanização e de identificação.

Ainda que a formulação pareça simples, ela revela sentimentos individuais, atuando principalmente pelo uso do advérbio “só” como a delimitação de algo simples e modesto. Interessante pensar nos sentidos ao uso do verbo “começar”, pois ao ser utilizada, indica que ele nunca esteve completamente feliz. Essa fala do estudante revela outra face: o direito de viver uma vida sem o peso da suspeita, da dor, da vigilância constante.

Dessa forma, a Mídia NINJA se posiciona fazendo um gesto de escuta e visibilizando a narrativa, pois, ao reorganizar o discurso da vítima, ela coloca a violência não mais em um fato isolado, mas como parte de uma estrutura que deveria ser denunciada, além disso, a vida negra não poderá ser tratada como exceção, ela deve ser reconhecida em sua potência, no direito de sobrevivência de um futuro promissor. Em meio ao fragmento analisado, o quadro abaixo sistematiza as ocorrências lexicais:

Figura 25 - Tabela de materialidade 2 – Notícia 11

Evento discursivo	Fragmento	Indicadores de Apagamento (A)	Indicadores de Visibilização (V)	Marcas linguísticas observadas	Classificação
Denúncia racial direta	“Qual crime cometi? O crime de ser preto?”	-	V1	Interrogação retórica; nomeação explícita da racialidade; primeira pessoa	Visibilização frontal do racismo como eixo do acontecimento
Reconfiguração do regime imagético	Imagem frontal de Igor, sem marcas do flagrante ou da violência	-	V2	Enquadramento frontal; olhar direto ao leitor	Deslocamento do corpo negro do objeto para o sujeito do discurso

Centralidade da voz da vítima	Construção narrativa a partir da fala de Igor	-	V3	Discurso direto; ausência de mediação institucional	Restituição simbólica do direito à enunciação
Nomeação explícita do agente da violência	“foi baleado nas costas por um PM reformado”	-	V4	Voz ativa; agente nomeado; ausência de eufemismos	Atribuição direta de responsabilidade
Desestabilização da versão policial	“confundido” (entre aspas)	A3	-	Aspas como distanciamento enunciativo; ironização implícita	Exposição crítica do discurso justificatório
Filiação interdiscursiva racial	Vinculação à página Poderes Pretos	-	V4	Inscrição em campo discursivo racializado; memória coletiva de enfrentamento	Historicização da violência racial
Humanização sem excepcionalização	“estudante”, “trabalhador”, “filho”, “companheiro”	-	V3	Cadeia qualificadora não moralizante; pluralidade identitária	Reinscrição do sujeito negro na cidadania legítima

Fonte: Elaborado pela autora, 2026

4.3 Síntese comparativa dos funcionamentos discursivos

Ao analisarmos os excertos anteriores, constatou-se de que maneira as instâncias midiáticas mobilizam sentidos que conferem visibilidade à violência racial, entretanto, o funcionamento discursivo da Mídia NINJA, permite, de maneira mais recorrente, a nomeação da racialidade como uma arena central na interpretação dos acontecimentos discursivos.

. Essa possibilidade relaciona-se diretamente ao próprio formato da mídia, marcado pelo ativismo digital e por uma filiação discursiva contra-hegemônica, que autoriza a explicitação do racismo como elemento constitutivo das narrativas produzidas.

Na Folha, embora identificados recortes lexicais nos quais a dimensão racial emerge, tais sentidos tendem a operar de forma pontual e, com frequência, porém, são naturalizados por enquadramentos de natureza jurídica e institucional, que deslocam a violência para o campo administrativo. Desse modo, a racialidade não se consolida, de

forma predominante, como princípio organizador da narrativa jornalística, aparecendo antes como elemento secundário, acionado de maneira circunstancial.

Essas diferenças no discurso midiático não configuram uma oposição absoluta entre as mídias analisadas, mas apontam para funcionamentos discursivos distintos, atravessados por condições de produção e memórias discursivas específicas. No recorte desta pesquisa, a mídia ativista apresenta maior regularidade na mobilização de discursos que explicitam e problematizam a violência racial, ao passo que a Folha de S. Paulo opera predominantemente por estratégias de neutralização e estabilização dos sentidos, diluindo conflitos e responsabilidades, ainda que seu discurso seja atravessado por deslocamentos pontuais.

5 CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, buscou-se compreender o funcionamento do discurso midiático como espaço privilegiado de produção, circulação e legitimação de sentidos acerca do racismo na sociedade brasileira.

Partindo do entendimento de que a linguagem constitui prática social historicamente situada, atravessada por ideologias e relações de poder, esta investigação organizou-se em torno da seguinte questão norteadora: De que maneira veículos de divulgação midiática produzem efeitos de sentido de apagamento e/ou visibilização em notícias que tratam sobre o racismo?

Retomar essa pergunta, neste momento de fechamento, significa reconhecer que todo o percurso analítico empreendido teve como horizonte evidenciar que tais sentidos não são dados nem transparentes, mas historicamente construídos e discursivamente disputados.

O caminho teórico-metodológico adotado, ancorado na AD, na perspectiva interseccional, possibilitou deslocar o olhar da superfície informativa dos textos midiáticos para suas condições de produção, alinhado às formações discursivas que os atravessam e aos efeitos ideológicos que produzem.

Nessa direção, as materialidades analisadas deixaram de ser tomadas como simples relatos jornalísticos e passaram a ser compreendidas como práticas discursivas que participam ativamente da organização do mundo social, instaurando instâncias de visibilidade, legitimando determinadas interpretações e silenciando outras. Assim, mais do que descrever conteúdos, a pesquisa buscou interpretar os modos de funcionamento do discurso e suas implicações políticas.

No que concerne aos resultados, as análises evidenciaram regularidades significativas no funcionamento de cada instância midiática:

a) Na Folha de S. Paulo, observaram-se estratégias linguístico-discursivas que tendem à individualização dos episódios de racismo, ao enquadramento dos fatos como eventos isolados e à ênfase em procedimentos institucionais ou burocráticos como formas de resolução do conflito.

Tais escolhas produzem efeitos de neutralização e atenuação da violência racial, deslocando o debate de sua dimensão estrutural e histórica. Desse modo, o racismo aparece frequentemente despolitizado, diluído em narrativas que privilegiam a aparência de objetividade, características associadas ao jornalismo institucional hegemônico.

b) Na Mídia NINJA mobilizam-se recursos discursivos que favorecem a explicitação do caráter estrutural do racismo. A presença de léxico avaliativo, a contextualização histórica dos acontecimentos, o destaque às vozes dos sujeitos racializados e o uso de estratégias multimodais próprias das redes sociais produzem efeitos de denúncia, engajamento e identificação coletiva.

Nesse espaço, o acontecimento é reinscrito em cadeias mais amplas de memória e luta social, deslocando a leitura para uma perspectiva crítica e politizada. Observa-se, portanto, que os dois veículos não apenas relatam os mesmos fatos de maneiras distintas, mas constroem diferentes modos de significá-los, vinculados às suas posições institucionais, aos seus projetos editoriais e às suas condições de produção.

A comparação entre essas materialidades permitiu compreender que o suporte e a plataforma também integram o processo de significação. Enquanto o jornal digital tende à padronização formal e ao distanciamento enunciativo, as postagens em rede social favorecem proximidade, circulação ampliada e maior investimento afetivo. Tais diferenças demonstram que a materialidade não é neutra: ela condiciona formas de dizer, de endereçar o leitor e de produzir engajamento, podendo interferir diretamente nos sentidos construídos sobre o racismo.

Além disso, esta dissertação mostra a complexidade do discurso midiático, ao demonstrar que ele não se limita à mediação da realidade social, mas participa ativamente da produção e da circulação de sentidos sobre o racismo. As escolhas linguístico-discursivas, os enquadramentos narrativos e as condições de produção que atravessam cada veículo tornam possível observar que determinados modos de dizer podem tanto atenuar a violência racial quanto explicitá-la e problematizá-la publicamente.

Dessa forma, os objetivos propostos foram alcançados na medida em que identificamos as formações discursivas que atravessam cada veículo e discutimos como as especificidades do suporte (onde se publica) influenciam as estratégias enunciativas. Em conjunto, esses resultados reforçam a compreensão de que a mídia não apenas informa sobre a realidade social, mas participa de sua própria constituição simbólica, podendo contribuir tanto para a reprodução de desigualdades quanto para sua problematização.

Como contribuição, este estudo reafirma a relevância analítica do diálogo entre os estudos da AD e as discussões sobre raça e interseccionalidade, oferecendo instrumentos teórico-metodológicos que possibilitam desnaturalizar evidências e tornar visíveis os mecanismos pelos quais certos sentidos se estabilizam como legítimos. Além disso, ao

focalizar o racismo enquanto construção discursiva, a pesquisa busca colaborar para debates mais amplos sobre justiça social, representação e responsabilidade ética da mídia.

Reconhecemos, contudo, limites relacionados ao recorte do *corpus* e ao período analisado, que não permitem generalizações absolutas sobre a totalidade das produções desses veículos, por isso, trabalhos futuros podem ampliar o escopo temporal, incluir outras plataformas, explorar de modo mais aprofundado a multimodalidade ou ainda considerar a recepção dos públicos (no que diz respeito às curtidas, comentários), a fim de compreender como esses discursos são apropriados e ressignificados socialmente.

Assim, entende-se que analisar os modos pelos quais o racismo é significado na mídia é também interrogar as formas pelas quais a própria sociedade se narra, se explica e se justifica. Se os sentidos são produzidos no interior de disputas, torna-se fundamental evidenciar tais processos para que o que se apresenta como natural ou evidente possa ser questionado.

Por fim, esta dissertação não se encerra como ponto final, mas como gesto de problematização: um convite a continuar investigando o discurso como espaço de luta simbólica, no qual se jogam, permanentemente, as possibilidades de silenciamento ou de visibilidade de sujeitos, histórias e existências.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é Racismo Estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro: Polén, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

ANDRÉ, Maria da Consolação. **Psicossociologia e Negritude**: breve reflexão sobre o “ser negro” no Brasil. Boletim Academia Paulista de Psicologia, São Paulo, v. 27, n. 2, p. 87-102, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/946/94627211.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2025.

BARROS, Geová da Silva. Racismo institucional: a cor da pele como principal fator de suspeição. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Recife, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, 2006.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a Teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem - Estudos e Pesquisas**, Catalão, GO, v.15, n.1, p. 171-182, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/lep/article/download/32465/17293/136767>, acesso em 05/08/2025.

Collins, Patricia Hill Interseccionalidade [recurso eletrônico] / Patricia Hill Collins, Sirma Bilge ; tradução Rane Souza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2020.

DIAS, Cristiane. A. e-Urbano: a forma material do eletrônico no urbano. In. DIAS, Cristiane. *Eurbano: Sentidos do espaço urbano/digital* [online]. 2011

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da negritude: uma breve reconstrução histórica. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/2137/2707>.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). **Glossário de termos do discurso**. Edição ampliada. Campinas, SP: Pontes, 2020.

HALL, Stuart. Raça, o significante flutuante. *Z cultural: revista do programa avançado de cultura contemporânea*. Tradução de Liv Sovik, em colaboração com Katia Santos. Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Conferência proferida por Stuart Hall em 1995, em Goldsmiths College University of London. Disponível em: <http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/raca-o-significante-flutuante%EF%80%AA/>. Acesso em 30/julho de 2025.

MARIANI, Bethania. Sampaio Corrêa. O comunismo imaginário: práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989). 1996. 256 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. 1996.

MAZIÈRE, Francine. **Análise do discurso**: história e práticas. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2007.

- MÍDIA NINJA. Disponível em: <https://midianinja.org/>. Acesso em: 20 jan. 2026.
- MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem Conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: Cadernos PENESB. Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Niterói, Rio de Janeiro. N5. p. 15-23, 2004.
- MUNIZ, Kassandra S. (org.). **Introdução à análise do discurso**: perspectivas teórico-práticas. Curitiba/PR: Intersaberes, 2020.
- NASCIMENTO, Maria Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**: relações raciais, quilombos e movimentos. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- OLIVEIRA, Vanessa de ; RONSINI, Veneza Mayora . Ativismo negro: afirmação étnica e reprodução do racismo na mídia. In: VIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação da Região Sul, 2007, Passo Fundo. Anais do VIII Congresso Brasileiro de Ciências da comunicação da Região Sul. Passo Fundo: Editora da UFP, 2007. p. 1-15.
- ORLANDI, Eni. Puccinelli. A análise de discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DE DISCURSO, 1, 2003. Porto Alegre. Anais [...]
- ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 10. ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso em Análise**: Sujeito, Sentido e Ideologia / Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes Editores, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 5. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.
- Pêcheux, Michel . **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio / Michel Pêcheux; tradução Eni Pulcinelli Orlandi [et al.]. – 3. ed. – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997
- Pêcheux, Michel, 1938-1983 **O discurso**: estrutura ou acontecimento / Michel Pêcheux; tradução: Eni R Orlandi - 6 a Edição, Campinas, SP Pontes Editores, 2012.
- Ramos, Silvia; Musumeci, Leonarda. "Elemento suspeito". Abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro. Boletim Segurança e Cidadania, n. 8, novembro de 2004.
- ROCHA, Termisia Luiza; DA SILVA, Gilson Pequeno; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago. Metodologia de pesquisa científica: análise do discurso-conceitos e possibilidades. Cadernos da FUCAMP, v. 21, n. 53, 2022.
- SANTOS, Eugênio P. J.; SILVA, Flávia F. **Análise do Discurso I**. São Cristóvão/SE: CESAD, 2014.
- SANTOS, Sales Augusto dos. Ação afirmativa e mérito individual. In: LOBATO, Fátima;

SANTOS, Renato Emerson dos (Orgs.). Ações afirmativas: políticas públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SODRÉ, Muniz. **Claros e escuros:** identidade povo e mídia no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1999.

SODRÉ, Muniz. Do lugar de fala ao corpo como lugar de diálogo: raça e etnicidades numa perspectiva comunicacional. *Reciis – Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde*, v. 13, n. 4, p. 877-886, out./dez. 2019.

SOUZA, Neusa Santos. ***Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro em ascensão social.*** 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

VIEIRA, Josenia Antunes. MACEDO, Denise Silva. **Conceitos-chave em análise do discurso crítica.** In: BATISTA JR., José Ribamar Lopes. SATO, Denise Tamaê Borges. 2018